

MAGAZINE LUIZA S.A.

CNPJ nº 47.960.950/0001-21

MENSAGEM DA PRESIDENTE

O ano de 2011 foi de conquistas e aprendizado para o Magazine Luiza. Vivemos experiências novas e também contribuímos para a inovação dos negócios do varejo brasileiro.

O primeiro marco do ano foi a consolidação do escritório de negócios em São Paulo. Através de um processo estruturado e bastante planejado, conseguimos mobilizar grande parte dos colaboradores e familiares a se mudarem para São Paulo e a ajudarem a construir o futuro da Companhia. Com a colaboração de todos, o Magazine Luiza manteve sua cultura e valores, fortalecendo a sua missão e visão corporativa. Continuando a nossa jornada, após uma década de preparação, abrimos o capital da Companhia, captando R\$564 milhões na oferta inicial. Com orgulho, abrimos o precedente de uma oferta expressiva de ações para pessoas físicas, contribuindo para a formação de uma cultura de investimento em mercado de capitais para o pequeno investidor. Acreditando na Companhia, nossos funcionários adquiriram e mantêm, 1% das ações oferecidas ao mercado.

A abertura de capital nos possibilitou investimentos em expansão e infraestrutura, logística e tecnologia, garantindo o crescimento sustentável da Companhia. Esses investimentos viabilizaram a compra das lojas do Baú, em agosto de 2011, e a sua completa integração em menos de sete meses de operação. Todo o processo foi conduzido de acordo com os nossos valores, com respeito às pessoas e culturas, em uma operação que envolveu contratações, treinamentos, reformas, alinhamento e integração de sistemas, processos e estrutura. Entramos em fevereiro de 2012 com mais de 100 lojas totalmente integradas em sistema, logística, processos e quadro de funcionários. Em linha com o sucesso da integração do Baú e vislumbrando oportunidades de crescimento, a Companhia decidiu iniciar a virada da marca no Nordeste, nas regiões metropolitanas do Recife, Maceió e Fortaleza, onde 39 lojas foram completamente reformadas e remodeladas e todas as equipes treinadas seguindo os processos e valores do Magazine Luiza. E os resultados já apareceram: no Nordeste, fechamos 2011 com R\$1 bilhão em vendas, o dobro de vendas realizadas pela Loja Maia antes da aquisição.

Em uma demonstração de vitalidade e criatividade, em novembro, lançamos o Magazine Você, considerado a revolução na forma de vender utilizando as redes sociais. Esta nova modalidade trouxe para a Companhia, em menos de um mês, quase 20 mil novos divulgadores com suas "lojas virtuais". Nosso *e-commerce*, caracterizado pelo atendimento interativo com nossos clientes, também apresentou crescimento de 44%.

Avaliamos que fizemos a utilização correta dos recursos e que os investimentos foram necessários para o nosso fortalecimento rumo à perenidade e sustentabilidade. Infelizmente, nossas decisões trouxeram um impacto de curto prazo nos resultados da Companhia. No entanto, a linha constante de crescimento do Magazine Luiza, desde a sua fundação há 55 anos, é a melhor comprovação de que é acertada a nossa estratégia de crescer e consolidar, para depois crescer novamente. E este ano de 2012 será de consolidação do crescimento sólido que estamos construindo há muito tempo. Saímos do ano de 2000 com 100 lojas para 728 em 2011 e vamos continuar nossa expansão de forma estruturada e saudável.

O nosso foco em 2012 é consolidar e integrar completamente as redes recém adquiridas, racionalizar custos e despesas, e aumentar a produtividade da Companhia. A maturação da expansão que vivemos em 2011 é o nosso compromisso com os investidores. E já começamos o ano com um cenário macro econômico favorável, com o aumento real do salário mínimo, a queda de juros e o crescimento expressivo e saudável da economia. O Magazine Luiza é hoje uma Companhia madura e sólida, preparada para colher frutos no futuro.

Luiza Helena Trajano

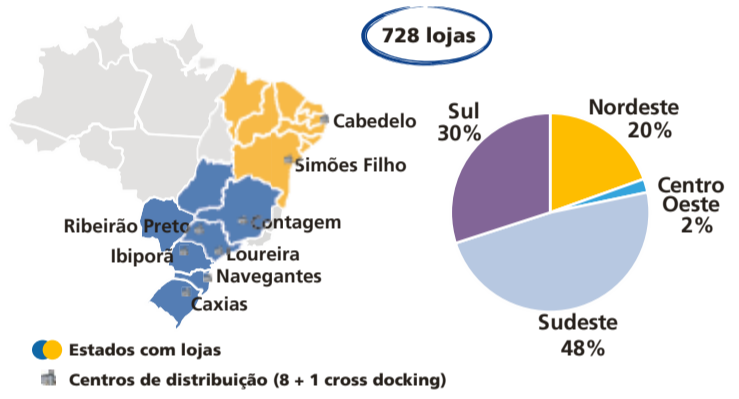
Presidente do Magazine Luiza

Senhores Acionistas:

A seguir, será apresentado o Relatório da Administração da Companhia, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

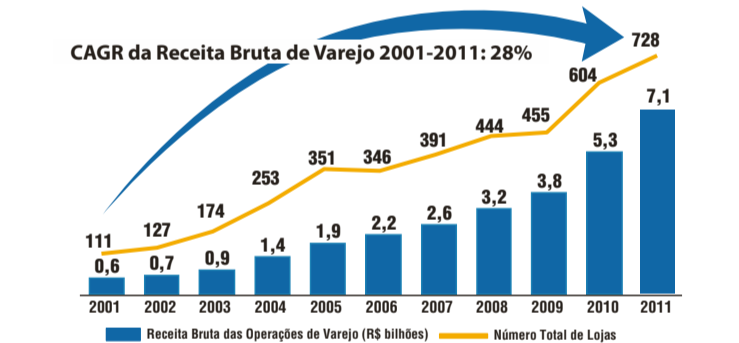
VISÃO GERAL DA COMPANHIA

O Magazine Luiza é uma das maiores redes varejistas com foco em bens duráveis e com grande presença nas classes populares do Brasil. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia operava 728 lojas e nove centros de distribuição estrategicamente localizados em 16 estados brasileiros, cujas economias correspondem a 75% do PIB nacional. Nessa mesma data, a Companhia contava com mais de 26 mil colaboradores, e uma base de aproximadamente 23 milhões de clientes.



Nos últimos 10 anos, a taxa anual composta de crescimento da receita bruta de operações de varejo foi de 28%, conforme indica o gráfico abaixo. Nesse período, a Companhia apresentou crescimento acima de dois dígitos em todos os anos, mesmo em momentos de crise econômica.

Evolução da Receita Bruta das Operações de Varejo (em R\$ bilhões) e do Número de Lojas



A Companhia busca proporcionar uma experiência de compra diferenciada por meio de uma diversificada plataforma de vendas, consistente nos seguintes canais: (i) 624 lojas convencionais, que contam com mostruário físico e estoque próprio; (ii) 103 lojas virtuais, nas quais os produtos são vendidos por meio de terminais de computadores com o auxílio de vendedores e sistema multimídia, sem haver estoque físico de mercadorias nas lojas; (iii) 1 site (www.magazineluiza.com.br), que oferece conteúdo, serviços diferenciados e produtos exclusivos para este canal; (iv) tele vendas; e (v) vendas corporativas.

DESTAQUES 2011

O ano de 2011 foi considerado um período de grandes iniciativas e conquistas para a Companhia, notadamente pelo expressivo crescimento em vendas, pela abertura do capital da Companhia, pela consolidação do escritório de negócios em São Paulo e pelos significativos investimentos em expansão e reforma de lojas, em logística e tecnologia:

Crescimento Expressivo em Vendas

A receita bruta consolidada do Magazine Luiza em 2011 foi de R\$7,6 bilhões, crescendo 33,5% em relação ao ano de 2010. O crescimento no conceito mesmas lojas foi de 16,5%, o que representa ganhos relevantes de *market-share*. As vendas pela internet cresceram 44,4%, totalizando R\$921,1 milhões em 2011. Adicionalmente, o faturamento da Loja Maia praticamente dobrou em relação ao seu faturamento antes da aquisição, atingindo R\$1,0 bilhão.

Crescimento Sustentável

A Companhia apresentou um crescimento sustentável em todos os trimestres, apesar da desaceleração da economia, notadamente no segundo semestre de 2011, e de uma política mais conservadora na aprovação de crédito pela Luizacred. A margem bruta consolidada se manteve nos patamares projetados para 2011, destacando o esforço em crescer o *market-share* sem afetar a rentabilidade comercial. Além disso, a Companhia manteve sua disciplina financeira, limitando as vendas sem juros.

Consolidação do Escritório de São Paulo

A Companhia realizou a transferência, em outubro de 2010 e janeiro de 2011, de 350 colaboradores e suas famílias de Franca para São Paulo. O ano de 2011 representou a consolidação e o pleno funcionamento do novo escritório de negócios, impactando as despesas administrativas no curto prazo. No entanto, essa mudança foi extremamente importante para a sustentabilidade e o futuro da Companhia, sendo que tais custos serão diluídos no médio prazo com o aumento das vendas e a incorporação das redes adquiridas.

Abertura do Capital da Companhia

Em junho de 2011, a Companhia finalizou o processo de IPO, um passo muito importante para a sua trajetória de crescimento, permitindo o acesso a uma fonte alternativa de financiamento dos investimentos, geração de empregos e criação de valor para seus acionistas. Com o IPO, mais de mil funcionários puderam se tornar acionistas da Companhia, reforçando a sua forte cultura corporativa.

Investimentos e Expansão

O Magazine Luiza inaugurou 124 lojas em 2011, passando de 604 em 2010 para 728 lojas em dezembro de 2011, sendo 24 novas lojas e 100 oriundas da aquisição do Baú. Dessa forma, a Companhia antecipou seu plano de investimentos em cerca de dois anos. Além disso, foram reformadas e remodeladas 124 lojas, incluindo 39 lojas no Nordeste, onde foi iniciado o processo de virada da marca de Lojas Maia para Magazine Luiza.

Em função de todos os investimentos realizados, a Companhia elevou o nível de despesas operacionais em 2011, afetando a sua rentabilidade final, impactada pelos seguintes principais fatos:

Aquisição das Lojas do Baú

A aquisição das Lojas do Baú teve principalmente dois objetivos estratégicos: (i) aumentar a presença nos estados de São Paulo e Paraná e (ii) expandir o canal virtual através da inauguração de mais de 30 lojas virtuais. A Companhia encerrou o ano de 2011 com 103 lojas virtuais, demonstrando o seu comprometimento em investir na multi-canalidade. Os resultados de 2011 foram impactados em decorrência de:

- Desembolso inicial no valor de R\$80,3 milhões pela aquisição;
- Despesas extraordinárias no valor de R\$30,8 milhões, relacionadas a pessoal, aluguel das lojas e centros de distribuição, marketing e treinamento, principalmente no período em que as lojas permaneceram fechadas;
- Investimentos de R\$10,5 milhões relacionados à reforma e inauguração de lojas.

Processo de Integração das Lojas Maia

A Companhia, durante continuidade ao processo de integração da Loja Maia, realizou a virada da marca nas regiões metropolitanas do Recife, em outubro, Maceió e Fortaleza, em dezembro. A antecipação da virada da marca teve como objetivo o fortalecimento do Magazine Luiza nas principais regiões metropolitanas do Nordeste, que apresenta um crescimento acima da média do país. Os principais impactos nos resultados de 2011 foram:

- Redução das vendas das lojas que permaneceram parcialmente fechadas durante o período de reforma;
- Despesas extraordinárias no valor de R\$18,0 milhões, relacionadas às liquidações de estoques, marketing, viagens, treinamentos da equipe, dentre outras;
- Investimentos de R\$49,5 milhões relacionados à reforma e inauguração de lojas.

Investimentos em Infraestrutura

O Magazine Luiza realizou importantes investimentos em infraestrutura, notadamente em logística e tecnologia, de R\$71,0 milhões, incluindo o início das obras de expansão do centro de distribuição de Louveira, de 60 mil m² para 95 mil m², com conclusão prevista para 2T12. Além dos investimentos fixos, a Companhia teve despesas extraordinárias de R\$29,6 milhões, relacionadas a consultorias e despesas de integração das redes adquiridas. Tais gastos contribuíram para garantir o sucesso das integrações da Loja Maia e do Baú, o expressivo crescimento das vendas no final do ano e na Liquidação Fantástica, realizada na primeira semana de 2012, simultaneamente em 728 lojas.

Resultados da Luizacred

Com a migração da plataforma de cartão crédito para o Itaú Unibanco, novas práticas foram adotadas na Luizacred, de forma que o reconhecimento de receitas passou a ser mais conservador, as provisões para perdas em crédito de liquidação duvidosa substancialmente maiores do que o previsto e a taxa de aprovação de crédito reduziu em mais de 10 pontos percentuais, apesar da melhora dos indicadores de atraso.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

EXPECTATIVAS 2012

Para os próximos dois exercícios, principalmente 2012, a Companhia tem como foco principal a integração das redes, a redução de despesas e o aumento da rentabilidade. Dentro desse direcionamento estratégico, as principais expectativas para 2012 são:

Maturação das Lojas do Baú

A incorporação societária do Baú foi realizada em novembro de 2011 e a integração sistêmica concluída entre janeiro e fevereiro de 2012, de forma que todas as lojas já estão integradas aos sistemas do Magazine Luiza a partir de março. Consequentemente, as sinergias começam a ser capturadas através da redução de despesas de pessoal administrativo e de logística, com o encerramento dos contratos de locação dos centros de distribuição do Grupo Sílvio Santos. Em relação às vendas, a expectativa é a de que continuem crescendo consistentemente, em função de um melhor abastecimento das lojas, dos benefícios da política comercial da Companhia e do treinamento das equipes de vendas. Apesar dos custos de integração no 1T12, as lojas do Baú não deverão afetar negativamente a rentabilidade do ano como um todo, caminhando para a maturação completa em cerca de 3 anos.

Continuidade do processo de integração da Loja Maia

A expectativa de crescimento de vendas da Loja Maia é superior às regiões Sul e Sudeste, em função do desenvolvimento econômico da região nordeste e da maturação das lojas, especialmente as reformadas. O processo de integração, já iniciado em 2011, tem a previsão de incorporação societária no 2T12 e integração sistêmica até o final do 3T12. A partir do 4T12, a Companhia deve se beneficiar de uma gestão totalmente integrada, com diluição de despesas administrativas, propaganda e marketing. A Companhia espera fazer a virada da marca nas regiões metropolitanas de Salvador e João Pessoa, durante o 2T12 e 3T12, concentrando as reformas e investimentos nas lojas de maior potencial. A reforma das demais lojas deverá acontecer a partir de 2013.

Foco prioritário na racionalização de custos e despesas, visando maior rentabilidade

A Companhia incorporou ao seu planejamento estratégico de 2012 o Projeto "Mais com Menos", que envolve todas as áreas na busca de redução de despesas. Diversas iniciativas já foram implementadas, com a redução dos quadros administrativos e de lojas, as quais deverão trazer importantes ganhos de produtividade. Além disso, a Companhia deverá reduzir significativamente as despesas com consultorias e integrações, e diluir as despesas de marketing, já que não deverá entrar em novos mercados.

Continuidade dos Investimentos em Infraestrutura

A Companhia deverá continuar investindo em projetos de infraestrutura, notadamente logística e tecnologia, e não prevê aquisições de outras redes de lojas. A Companhia está concluindo a expansão do centro de distribuição em Louveira, tem reforçado seus sistemas de tecnologia para absorver as redes adquiridas, e recentemente duplicou a hospedagem do seu banco de dados em Franca e São Paulo com o objetivo de aumentar a segurança das informações. Os investimentos totais planejados para 2012 estão orçados em R\$140 milhões, considerando a abertura de novas lojas (entre 20-30 lojas) e as reformas (entre 50-60 lojas), incluindo o Nordeste.

Luizacred

A prática de políticas de crédito conservadoras deverá permanecer durante o ano de 2012 através de provisões robustas para perdas em crédito de liquidação duvidosa e da manutenção das taxas de aprovação de crédito. Entretanto, a Companhia espera uma melhora na rentabilidade da Luizacred, a partir do segundo semestre do ano, devido à maturação da carteira de cartão de crédito e das lojas inauguradas em 2011, diluição das despesas operacionais e redução proporcional das provisões como consequência da melhoria na qualidade da carteira em atraso.

Resultados 2012

Além da racionalização de custos e despesas, vale destacar a confiança da Companhia em continuar crescendo substancialmente as vendas através da maturação das novas lojas, da internet, dos esforços permanentes na consolidação dos mercados de atuação, e pelas boas perspectivas do mercado brasileiro: crescimento maior da economia, inflação sob controle, ganhos de renda do trabalhador brasileiro e taxa de juros decrescente. As vendas do 1T12 em curso já refletem a melhoria do cenário econômico, quando comparadas com o 4T11, reforçando as expectativas de crescimento das mesmas lojas no patamar de dois dígitos em 2012.

A Administração da Companhia está confiante na obtenção de melhores indicadores de produtividade e de resultados significativamente positivos para o exercício de 2012.

RS milhões (exceto quando indicado)

	2011	2010	Var(%)
Receita Bruta Total	7.601,3	5.692,0	33,5%
Receita Líquida Total	6.419,4	4.808,0	33,5%
EBITDA	300,6	319,9	-6,0%
Margem EBITDA	4,7%	6,7%	-2,0p.p.
EBITDA Ajustado	346,3	319,9	8,3%
Margem EBITDA Ajustado	5,4%	6,7%	-1,3p.p.
Lucro Líquido	11,7	68,8	-83,1%
Margem Líquida	0,2%	1,4%	-1,2p.p.
Lucro Líquido Ajustado	55,5	68,8	-19,4%
Margem Líquida Ajustada	0,9%	1,4%	-0,6p.p.
Crescimento nas Vendas Mesmas Lojas Físicas	16,5%	29,0%	-
Lojas Físicas	13,1%	24,7%	-
Crescimento nas Vendas Internet	44,4%	75,0%	-
Quantidade de Lojas - Final do Período	728	604	20,5%
Área de Vendas - Final do Período (M ²)	454.045	400.112	13,5%
Área Média por Loja - Final de Período (M ²)	624	662	-5,8%
Base Total de Cartões Luizacred (mil)	4.426	3.287	34,6%

DESEMPENHO FINANCEIRO CONSOLIDADO

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações de resultado consolidado dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010.

DRE CONSOLIDADO (em R\$ milhões)	12M11	AV	12M10	AV	Var (%)
RECEITA BRUTA	7.601,3	118,4%	5.692,0	118,4%	33,5%
Impostos e Cancelamentos	(1.182,0)	-18,4%	(884,0)	-18,4%	33,7%
Receita Líquida	6.419,4	100,0%	4.808,0	100,0%	33,5%
Custo Total	(4.275,1)	-66,6%	(3.166,3)	-65,9%	35,0%
Lucro Bruto	2.144,3	33,4%	1.641,8	34,1%	30,6%
Despesas com vendas	(1.271,0)	-19,8%	(960,2)	-20,0%	32,4%
Despesas gerais e administrativas	(354,6)	-5,5%	(248,9)	-5,2%	42,5%
Perda em liquidação duvidosa	(244,9)	-3,8%	(175,3)	-3,6%	39,7%
Outras receitas operacionais, líquidas	26,8	0,4%	62,5	1,3%	-57,1%
Total de Despesas Operacionais	(1.843,7)	-28,7%	(1.321,8)	-27,5%	39,5%
EBITDA	300,6	4,7%	319,9	6,7%	-6,0%
Depreciação e amortização	(86,9)	-1,4%	(68,5)	-1,4%	26,9%
EBIT	213,7	3,3%	251,4	5,2%	-15,0%
Resultado Financeiro	(165,7)	-2,6%	(141,5)	-2,6%	17,1%
Lucro Operacional	47,9	0,7%	110,0	2,3%	-56,4%
IR/CS	(36,3)	-0,6%	(41,1)	-0,9%	-11,8%
Lucro Líquido	11,7	0,2%	68,8	1,4%	-83,1%

Reconciliação do EBITDA pelas despesas extraordinárias	2011	2010	Var(%)	
EBITDA	300,6	319,9	6,7%	
Receitas extraordinárias	(32,6)	-	0,0%	
Despesas extraordinárias	78,3	-	0,0%	
EBITDA ajustado	346,3	319,9	6,7%	
Lucro Líquido	11,7	68,8	1,4%	
Resultado extraordinário	45,7	0,7%	0,0%	
IR/CS s/resultado extraordinário	(15,6)	-0,2%	0,0%	
Créditos de IR/CS não aproveitados	13,6	0,2%	0,0%	
Lucro Líquido ajustado	55,5	0,9%	68,8	1,4%

Nota 1: as despesas extraordinárias do processo de integração das redes e lojas novas somaram R\$ 78,3 milhões no ano. No caso do Baú, foi considerado como extraordinário o efeito negativo do EBITDA, já que as lojas estavam sendo integradas durante o 3T11 e 4T11.

EBITDA, EBITDA ajustado e Lucro Líquido ajustado

O EBITDA (lucro antes de juros, imposto de renda e contribuição social, receitas e despesas financeiras, depreciação e amortização) não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil. Por não considerar despesas intrínsecas ao negócio, o EBITDA apresenta limitações que afetam seu uso como indicador de rentabilidade ou liquidez. O EBITDA não deve ser considerado como alternativa ao lucro líquido ou fluxo de caixa operacional. Além disso, o EBITDA não possui significado padrão, e nossa definição pode não ser comparável com a definição adotada por outras Companhias. Os resultados extraordinários considerados para efeito de cálculo do EBITDA ajustado e do Lucro Líquido ajustado também não devem ser considerados como alternativa ao EBITDA e ao lucro líquido, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Receita Bruta Consolidada

A tabela abaixo descreve a distribuição da receita bruta entre os segmentos de negócios:	(em R\$ milhões)	2011	2010	Var (%)
Receita Bruta - Varejo - Revenda de Mercadorias	6.848,1	5.138,3	33,3%	
Receita Bruta - Varejo - Prestação de Serviços	264,7	186,1	42,2%	
Total Varejo	7.112,8	5.324,4	33,6%	
Receita Bruta - Financiamento ao Consumo	528,9	395,4	33,8%	
Receita Bruta - Operações de Seguros	68,8	58,3	17,9%	
Receita Bruta - Administração de Consórcios	27,7	21,1	31,6%	
Eliminações Inter-Companhias	(136,8)	(107,2)	27,6%	
Receita Bruta - Total	7.601,3	5.692,0	33,5%	

A receita bruta consolidada do Magazine Luiza avançou 33,5% em 2011, passando de R\$5.692,0 milhões para R\$7.601,3 milhões. O expressivo aumento obtido no ano foi devido principalmente aos seguintes fatores:

- Expansão de 33,6% no segmento de varejo, influenciado pelo crescimento de 16,5% no conceito mesmas lojas, pela expansão orgânica de 24 lojas e pela aquisição da Loja Maia e Baú.
- As vendas pela internet cresceram 44,4%, totalizando R\$821 milhões em 2011;
- O faturamento da Loja Maia praticamente dobrou em relação ao seu faturamento antes da aquisição, atingindo R\$1,0 bilhão;
- Crescimento na receita proveniente do segmento de financiamento ao consumo de 33,8%, passando de R\$395,4 milhões em 2010 para R\$528,9 milhões em 2011, com destaque para o crescimento das receitas provenientes do Cartão Luiza e para o empréstimo pessoal.

Receita Líquida Consolidada

(em R\$ milhões)	2011	2010	Var (%)
Receita Líquida - Varejo - Revenda de Mercadorias	5.703,0	4.280,6	33,2%
Receita Líquida - Varejo - Prestação de Serviços	229,7	161,4	42,3%
Total Varejo	5.932,7	4.442,0	33,6%
Receita Líquida - Financiamento ao Consumo	528,9	395,4	33,8%
Receita Líquida - Operações de Seguros	68,8	58,3	17,9%
Receita Líquida - Administração de Consórcios	25,8	19,6	31,9%
Eliminações Inter-Companhias	(136,8)	(107,2)	27,6%
Receita Líquida - Total	6.419,4	4.808,0	33,5%

A receita líquida consolidada aumentou 33,5%, em linha com o crescimento da receita bruta, passando de R\$4.808,0 milhões para R\$6.419,4 milhões.

Lucro Bruto Consolidado

(em R\$ milhões)	2011	2010	Var (%)
Lucro Bruto - Varejo - Revenda de Mercadorias	1.539,6	1.187,8	29,6%
Lucro Bruto - Varejo - Prestação de Serviços	229,7	161,4	42,3%
Total Varejo	1.769,3	1.349,1	31,1%
Lucro Bruto - Financiamento ao Consumo	431,3	334,4	29,0%
Lucro Bruto - Operações de Seguros	63,8	55,4	15,3%
Lucro Bruto - Administração de Consórcios	11,7	10,0	16,9%
Eliminações Inter-Companhias	(131,8)	(107,2)	23,0%
Lucro Bruto - Total	2.144,3	1.641,8	30,6%

(em % da Receita Líquida)

	2011	2010	Var(%)
Margem Bruta - Varejo - Revenda de Mercadorias	27,0%	27,7%	-0,8pp
Margem Bruta - Varejo - Prestação de Serviços	100,0%	100,0%	0,0pp
Total Varejo	29,8%	30,4%	-0,6pp
Margem Bruta - Financiamento ao Consumo	81,5%	84,6%	-3,0pp
Margem Bruta - Operações de Seguros	92,8%	95,0%	-2,1pp
Margem Bruta - Administração de Consórcios	45,3%	51,2%	-5,9pp
Eliminações Inter-Companhias	96,4%	100,0%	-3,6pp
Margem Bruta - Total	33,4%	34,1%	-0,7pp

Em 2011, o lucro bruto consolidado totalizou R\$2.144,3 milhões, um aumento de 30,6% comparado ao ano anterior. Seguem abaixo os principais fatores que influenciaram a variação do lucro bruto:

- A margem bruta do segmento varejo diminuiu de 30,4% em 2010 para 29,8% em 2011, principalmente em função de uma maior participação de categorias de produtos com margens mais baixas, como eletrônicos, e das vendas pela internet;
- A margem do segmento de financiamento ao consumo foi de 81,5% em 2011, levemente abaixo de 2010. A redução da margem bruta no segmento de financiamento ao consumo está associada ao aumento do CDI médio no período e à mudança no perfil da carteira da Luizacred, em função do crescimento mais acelerado do uso do Cartão Luiza fora das lojas. Esta transação tem menor margem financeira no início, mas gera mais resultados no médio prazo.

Despesas Operacionais

(em R\$ milhões)	12M11	%RL	12M10	%RL	Var (%)
Despesas com vendas	(1.271,0)	-19,8%	(960,2)	-20,0%	32,4%
Despesas gerais e administrativas	(354,6)	-5,5%	(248,9)	-5,2%	42,5%
Perda em liquidação duvidosa	(244,9)	-3,8%	(175,3)	-3,6%	39,7%
Outras receitas operacionais, líquidas	26,8	0,4%	62,5	1,3%	-57,1%
Total de Despesas Operacionais	(1.843,7)	-28,7%	(1.321,8)	-27,5%	39,5%

Despesas com Vendas

As despesas com vendas totalizaram R\$1.271,0 milhões em 2011, representando 19,8% da receita líquida, abaixo dos 20,0% observados em 2010. Apesar das despesas com lojas novas, da aquisição das lojas do Baú e gastos com a virada da marca na Loja Maia, a Companhia conseguiu diluir despesas de vendas no segmento de varejo, tais como despesas de aluguel, de marketing e de pessoal.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas passaram de R\$248,9 milhões em 2010 para R\$354,6 milhões em 2011, representando 5,5% da receita líquida. Esse aumento foi devido à mudança do escritório de negócios para São Paulo, bem como pela manutenção dos escritórios e centros de distribuição da Loja Maia e das lojas do Baú, e todos os gastos extraordinários oriundos do processo de integração das redes adquiridas.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
		2011	2010	2011	2010
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3.1	150.980	181.263	173.117	328.865
Títulos e valores mobiliários	3.2	26.876	-	74.957	46.732
Contas a receber	4	436.326	422.702	1.927.828	1.524.671
Estoques	5	1.092.081	728.147	1.264.657	849.799
Partes relacionadas	6	130.165	41.688	42.601	36.018
Impostos a recuperar		18.749	43.986	24.608	46.524
Outros ativos		21.819	27.842	59.359	62.976
Total do ativo circulante		1.876.996	1.445.628	3.567.127	2.895.585
Não Circulante					
Títulos e valores mobiliários	3.2	-	-	43.267	31.951
Contas a receber	4	5.588	1.661	9.407	18.714
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	122.333	114.458	178.907	168.225
Impostos a recuperar		15.182	-	31.042	10.245
Depósitos judiciais		53.534	24.175	88.969	47.214
Outros ativos		15.782	5.670	19.789	22.386
Investimentos em controladas	8	72.877	106.142	-	-
Investimentos em controladas em conjunto	9	161.256	88.918	-	-
Imobilizado	10	417.259	331.306	489.938	358.841
Intangível	11	175.716	95.149	448.908	374.619
Total do ativo não circulante		1.039.833	767.479	1.310.227	1.032.195
Total do Ativo		2.916.829	2.213.107	4.877.354	3.927.780

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	Controladora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP		
	2011	2010	2011	2010	
Receita Líquida de Vendas	21	5.135.586	4.193.623	6.419.371	4.808.024
Custo das Mercadorias Revendidas, Prestações de Serviços e de Captações para Operações Financeiras	22	(3.589.901)	(2.916.704)	(4.275.084)	(3.166.261)
Lucro Bruto		1.545.685	1.276.919	2.144.287	1.641.763
Recargas (Despesas) Operacionais					
Com vendas	23	(1.038.760)	(855.866)	(1.270.971)	(960.179)
Gerais e administrativas	23	(264.749)	(198.151)	(354.629)	(248.853)
Perdas com créditos de liquidação duvidosa	23	(13.279)	(14.471)	(244.931)	(175.333)
Depreciação e amortização	23	(71.061)	(65.702)	(86.937)	(68.487)
Resultado de equivalência patrimonial	8 e 9	13.119	40.130	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas	24	18.533	54.820	26.841	62.522
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		189.488	237.679	213.660	251.433
Resultado Financeiro					
Recargas financeiras	25	38.573	27.438	51.686	36.562
Despesas financeiras	25	(213.395)	(182.515)	(217.409)	(178.027)
Resultado Financeiro Líquido		(174.822)	(155.077)	(167.723)	(141.465)
Lucro Operacional antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		14.666	82.602	47.937	109.968
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	7	(3.000)	(13.768)	(36.271)	(41.134)
Lucro Líquido do Exercício		11.666	68.834	11.666	68.834
Lucro atribuído a:					
Proprietários da controladora		11.666	68.834	11.666	68.834
Lucro por Ação					
Básico e diluído (real por ação)	20	0,07	0,46	0,07	0,46

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Saldo em 31 de Dezembro de 2009	Nota explicativa	Capital social (177.000)	Reserva legal (34)	Reserva de retenção de lucros (651)	Lucro (prejuízo) acumulados (226.748)	Total (6.063)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	68.834	68.834
Transferência para absorção de prejuízos acumulados com reservas	-	-	(34)	(651)	685	-
Destinações:						
Reserva legal	-	-	3.442	-	(3.442)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	994	(994)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2010		43.000	3.442	994	(15.335)	(15.335)
Aumento de capital, líquido dos gastos com emissão de ações e respectivos efeitos tributários	20	563.505	-	-	-	563.505
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	11.666	11.666
Destinações:						
Reserva legal	20	-	583	-	(583)	-
Reserva de retenção de lucros	20	-	-	9.421	(9.421)	-
Distribuição de dividendos	20	-	-	-	(1.662)	(1.662)
Saldo em 31 de Dezembro de 2011		606.505	4.025	10.415	(620.945)	620.945

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Nota explicativa	Controladora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
		2011	2010	2011	2010
Lucro líquido do exercício		11.666	68.834	11.666	68.834
Ajustes para conciliar o lucro do exercício ao caixa oriundo das atividades operacionais:					
Despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado	7	3.000	13.768	36.271	41.134
Depreciação e amortização	7	71.061	65.702	86.937	68.487
Juros sobre empréstimos e financiamentos provisionados		89.489	80.725	106.380	85.700
Rendimento de fundo de investimento exclusivo		(17.537)	-	(17.537)	-
Equivalência patrimonial	8 e 9	(13.119)	(40.130)	-	-
Movimentação da provisão para perdas em ativos		19.359	(1.586)	248.511	141.690
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		28.735	32.759	16.840	36.864
Baixa do ativo imobilizado, líquido de ganho na alienação	24	(10.342)	2.388	(10.133)	18.972
Apropriação da receita diferida	24	(26.447)	(54.947)	(27.665)	(50.539)
Ressarcimentos de tributos	24	-	(9.611)	-	(9.611)
(Acréscimo) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber	(27.742)	79.383	(638.781)	(458.344)	
Títulos e valores mobiliários	-	-	(12.665)	(15.503)	
Estoques	(326.766)	(196.674)	(418.438)	(257.737)	
Partes relacionadas	(92.829)	(1.002)	(23.003)	(17.375)	
Impostos a recuperar	15.591	(14.321)	1.120	6.093	
Outros ativos e depósitos judiciais	(32.826)	(17.934)	(35.541)	(61.790)	
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores	78.086	280.798	132.951	395.313	
Depósitos interfinanceiros	-	-	124.753	283.437	
Operações com cartões de crédito	-	-	215.900	99.695	
Provisões técnicas de seguros	-	-	6.622	8.438	
Salários, férias e encargos sociais	(12.277)	40.820	5.071	40.897	
Impostos a recolher	463	19.890	7.164	(1.101)	
Partes relacionadas	(32.408)	2.809	3.826	(656)	
Impostos parcelados	(7.648)	(3.360)	(42.428)	(3.360)	
Outras contas a pagar	28.499	(9.378)	(5.063)	5.994	
Caixa (ativos operacionais) oriundo das atividades operacionais		(244.092)	338.933	(227.242)	425.532
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.596)	(20.124)	(36.340)	(20.124)	
Recebimento de dividendos de controladas	13.028	8.713	-	-	
Caixa líquido (aplicado nas) oriundo das atividades operacionais		(234.660)	327.522	(263.582)	405.408
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento					
Aquisição de imobilizado	10	(129.727)	(88.373)	(179.980)	(92.814)
Aquisição de ativo intangível	11	(24.477)	(30.425)	(30.237)	(30.836)
Venda de contrato de exclusividade e direito de exploração	16	48.000	-	24.000	80.000
Aplicações em fundo de investimento exclusivo	(1.379.687)	-	(1.379.687)	-	
Resgate em fundo de investimento exclusivo	1.370.348	-	1.370.348	-	
Investimento em controlada	(12.000)	-	-	-	
Aquisições de controladas	(106.955)	(64.948)	(106.955)	(61.830)	
Recebimento de venda de imobilizado	15.568	-	32.125	-	
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(218.930)	(183.746)	(270.386)	(105.480)	
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento					
Aumento de capital, por oferta pública de ações	552.993	-	552.993	-	
Captação de empréstimos e financiamentos	182.691	178.952	182.758	319.873	
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(247.714)	(247.335)	(273.076)	(405.911)	
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(71.808)	(63.554)	(84.455)	(63.734)	
Pagamento de dividendos	-	(13.700)	-	(13.700)	
Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades de financiamento		416.162	(145.637)	378.220	(163.472)
Redução do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa		(37.428)	(1.861)	(155.748)	136.456
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		181.263	183.124	328.865	192.409
Caixa recebido por incorporação de controlada	8	7.145	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		150.980	181.263	173.117	328.865

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

O Magazine Luiza S.A. ("Companhia" ou "Controladora") atua, preponderantemente, no comércio varejista de bens de consumo (principalmente eletrodomésticos, eletrônicos e móveis), através de lojas físicas e virtuais ou por comércio eletrônico, cuja sede social está localizada na cidade de Franca, Estado de São Paulo, Brasil. Sua controladora é "holding" é a LTD Administração e Participação S.A. Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia e suas controladas possuem 728 lojas (604 lojas em 2010) e 8 centros de distribuição (8 centros de distribuição em 2010) localizados nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do País. A Companhia participa no capital social de outras sociedades, conforme detalhada a seguir: a) Luizacred S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento ("Luizacred") - Sociedade controlada em conjunto com o Banco Itaúcard S.A. que tem por objeto a oferta, distribuição e comercialização de produtos e serviços financeiros aos clientes da rede de lojas do Magazine Luiza; b) Luizaseg Seguros S.A. ("Luizaseg") - Sociedade controlada em conjunto com a NCV Participações Societárias S.A., subsidiária da Cardif do Brasil Seguros e Previdência S.A., que tem por objeto o desenvolvimento, a venda e a administração de garantias estendidas para qualquer tipo de produto vendido no Brasil, aos clientes da rede de lojas do Magazine Luiza; c) Luizacred Administradora de Consórcios Ltda. ("LAC") - Controladora integral que tem por objeto social a administração de grupos de consórcio formados para aquisição de automóveis, motocicletas, eletrodomésticos e imóveis; d) F.S. Vasconcelos & Cia Ltda. ("Lojas Maia") - Controlada integral, representada por rede de lojas, que atua no mesmo ramo de negócios do Magazine Luiza S.A na região Nordeste do Brasil, adquirida em julho de 2010. No exercício de 2011, a Companhia efetuou a aquisição da "New-Unit Utilidades Domésticas S.A." ("New-Unit"), empresa constituída pelo acervo líquido de 121 pontos comerciais da BF Utilidades Domésticas Ltda. e a BF PAR Utilidades Domésticas Ltda., dos respectivos contratos de locação, dos móveis, equipamentos e instalações das lojas, bem como das estruturas de tecnologia de informação (hardware e software). O processo de aquisição foi encerrado com a incorporação societária da New-Unit em 31 de outubro de 2011. Veja informações detalhadas na nota explicativa nº 8. O Magazine Luiza S.A. e suas controladas e controladas em conjunto, doravante serão referidas como "Grupo" para fins deste relatório, exceto se de outra forma indicado em informação específica.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de Conformidade: As demonstrações financeiras do Grupo compreendem: a) As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado - IFRS e BR GAAP; e b) As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora - BR GAAP. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas e em controladas em conjunto pelo método da equivalência patrimonial. Desta forma, as demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRS, que exigem a avaliação de investimentos nas demonstrações financeiras individuais da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo. Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuído aos acionistas da controladora, apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, o patrimônio líquido e o resultado da controladora apresentados nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lido a lido. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. O sumário das principais práticas contábeis aplicadas para as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, são como segue: **2.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas e em controladas em conjunto:** A Companhia consolidou integralmente as demonstrações financeiras da Companhia e de todas as empresas controladas. Considera-se existir controle quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral ou tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, a fim de obter benefícios de suas atividades. As demonstrações financeiras de uma controlada em conjunto foram consolidadas proporcionalmente à participação da Companhia nesta controlada em conjunto. Considera-se existir controle compartilhado somente quando as decisões estratégicas, financeiras e operacionais relativas à atividade exigirem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Nas demonstrações financeiras individuais as informações financeiras das controladas e das controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. O resultado das operações da controlada adquirida durante o exercício está incluído nas demonstrações financeiras consolidadas do resultado a partir da data efetiva aquisição. Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas e das controladas em conjunto são ajustadas para adequar suas políticas contábeis aquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas com controladas são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. Nas controladas em conjunto são eliminadas na proporção da participação da Companhia nestas sociedades. **2.4. Combinação de negócios:** Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição, que consiste no somatório dos valores justos dos ativos transferidos e dos passivos assumidos na data da transferência de controle da adquirida (data de aquisição). Os custos relacionados à aquisição (incluindo os custos de "due diligence", advogados, entre outros) são reconhecidos no resultado quando incorridos. O ágio gerado nas aquisições é avaliado como o custo da combinação de negócios que exceda a participação da adquirente no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis adquiridos. Ágio e outros ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados; porém, a possibilidade de perda do valor recuperável do ativo é testada pelo menos anualmente (ver item 2.5 abaixo). Qualquer perda permanente identificada é registrada de imediato no resultado do exercício e não é suscetível de reversão posterior. Na alienação de uma controlada ou uma controlada em conjunto, o correspondente ágio é incluído na determinação do resultado da alienação. Caso a participação da adquirente no valor justo líquido dos ativos, dos passivos e dos passivos contingentes identificáveis adquiridos seja superior ao custo de aquisição, o excesso (anteriormente conhecido como deságio) é registrado como ganho imediato no resultado do exercício em que ocorreu a aquisição. O ágio registrado por uma aquisição será ajustado durante o período de mensuração (período de 12 meses após a data da aquisição), caso sejam identificadas nesse período contingências ativas ou passivas atribuíveis à data da aquisição. Após o período de mensuração, a contrapartida contingente atribuído ao ativo ou ao passivo é remensurada nas datas das demonstrações financeiras subsequentes de acordo com o IAS 39 (equivalente ao CPC 38), ou o IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (equivalente ao CPC 25), conforme aplicável, sendo o correspondente ganho ou perda, reconhecido no resultado do exercício em curso. Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica a Interpretação Técnica ICP - 09, a qual requer que o montante excedente ao custo de aquisição da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, dos passivos e dos passivos contingentes identificáveis da adquirida, na data de aquisição, seja reconhecido como ágio, que é acrescido ao valor contábil do investimento. O valor justo líquido dos ativos, dos passivos e dos passivos contingentes identificáveis que exceder o custo de aquisição, deve ser imediatamente reconhecido no resultado. As contraprestações transferidas bem como o valor justo líquido dos ativos e dos passivos são mensuradas utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis as demonstrações financeiras consolidadas descritas anteriormente.

2.5. Alocação dos saldos de ágio: O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação de negócios (ver item 2.4 acima), líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver. Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC), conforme descrito na nota explicativa nº 11. O ágio que foi alocado a cada unidade geradora de caixa é submetido anualmente a uma avaliação de sua recuperabilidade ou, com maior frequência, quando houver indicação de que uma unidade geradora de caixa apresenta performance abaixo do esperado. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil somado ao ágio a ela alocado, a perda do valor recuperável é primeiramente alocada na redução do ágio alocado à unidade e posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um desses ativos. Qualquer perda no valor de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício em que ocorreu sua identificação, a qual não é revertida em períodos subsequentes, mesmo que os fatores que levaram ao seu registro deixem de existir. **2.6. Participações em controladas em conjunto ("Joint Ventures"):** Uma "joint venture" é um acordo contratual através do qual o Grupo e outras partes exercem uma atividade econômica sujeita a controle conjunto, situação em que as decisões sobre políticas financeiras, operacionais e estratégicas relacionadas às atividades da "joint venture" requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle. Os acordos existentes de "joint venture", no caso da Companhia, compreendem a constituição de uma entidade separada na qual cada empreendedor detém uma participação, sendo as mesmas denominadas como "controladas em conjunto". O Grupo apresenta suas participações em controladas em conjunto nas suas demonstrações financeiras consolidadas usando o método de consolidação proporcional. As participações do Grupo nos ativos, nos passivos e nos resultados das controladas em conjunto são combinadas, na proporção da participação da Companhia, com os correspondentes itens nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, linha a linha, após as devidas eliminações, na proporção da participação da Companhia, de transações, saldos, receitas e despesas existentes entre as mesmas. Nas demonstrações financeiras da controladora, as participações em controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Quando uma empresa do Grupo realiza transações com suas controladas em conjunto, os lucros ou os prejuízos resultantes das transações são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas apenas na medida da parcela atribuída à participação dos demais empreendedores. **2.7. Apuração de resultado:** **2.7.1. Reconhecimento de receita:** A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de devoluções, abatimentos e impostos sobre vendas. a) **Re vendas de produtos:** A receita de vendas de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal dos mesmos é transferida, considerando ainda o fato de que as seguintes condições tenham sido satisfeitas: • Transferência ao comprador dos riscos e dos benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos; • Inexistência de envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade, nem controle efetivo sobre tais produtos; • O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; e • É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluam para a Companhia ou ao Grupo; e • Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade. b) **Operações de crédito:** Reconhecidas ao longo da vigência dos contratos "per rata die", de acordo com as respectivas taxas de juros pactuadas. c) **Operações com seguros:** Os prêmios de seguro, assim como os seus respectivos custos de aquisição são reconhecidos no resultado quando da emissão das apólices ou faturas, ajustados por meio da variação das provisões de prêmios não ganhos e dos custos de aquisição diferidos, de acordo com o período decorrido de vigência das apólices e faturas. d) **Administração de consórcios:** A receita com taxa de administração dos grupos de consórcio é reconhecida mensalmente quando do efetivo recebimento das parcelas dos consórcios que, para as atividades de administração de consórcio, denotam o efetivo período de prestação do serviço. **2.7.2. Custos das mercadorias revendidas e dos serviços prestados:** Incluem os custos com aquisição de mercadorias e com serviços prestados, deduzidos das recomposições de custos recebidas dos fornecedores e do ICMS substituição tributária recuperáveis. Despesas com frete relacionadas ao transporte de mercadorias dos fornecedores até o Centro de Distribuição ("CDs") são incorporadas ao custo das mercadorias a serem revendidas. No consolidado

como para negociação são mensurados pelo seu valor justo. Os juros e correção monetária ou variação cambial, quando aplicável, assim como as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Os lucros e valores monetários dispostos para venda são mensurados pelo seu valor justo. Os juros e correção monetária ou variação cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes da avaliação ao valor justo, com exceção de perdas do valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes quando incorridas. Os ganhos e perdas acumulados registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado do exercício no momento em que essas aplicações são realizadas em caixa ou consideradas não recuperáveis. 2.14. Contas a receber e provisão para devedores duvidosos: São registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor dos títulos, ajustado: a) a valor presente, quando aplicável, representadas, principalmente, por créditos de vendas parceladas no crediário e com cartão de crédito, conforme divulgado na nota explicativa nº 2.7.3. e, b) pela provisão para devedores duvidosos, definida com base nas diretrizes mencionadas na nota 2.9 - Ativos Financeiros, no item "redução ao valor líquido recuperável de ativos financeiros ("Impairment)". O valor de antecipações de recebíveis de cartões de crédito é baixado de contas a receber uma vez que o Grupo transfere substancialmente todos os riscos e retornos sobre a propriedade desses recebíveis para o banco e/ou administradora de cartões de crédito. Os encargos financeiros incorridos pelo Grupo nessa operação são apropriados no resultado como despesas financeiras. Os valores a receber decorrentes de propaganda cooperada, bonificações e outras transações com fornecedores, oriundos de contratos comerciais e outros acordos, somente são registrados mediante a existência documentação que evidencie a existência desse acordo e são calculados, principalmente, sobre o volume das compras e de atividades específicas de propaganda. As operações de crédito incluídas em contas a receber são registradas a valor presente calculado "pro rata die" com base na variação do índice de inflação e na taxa dos juros pactuados, sendo atualizadas até o 60º dia de atraso. Após esse período, o reconhecimento dos encargos no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações. Os recursos correspondentes a esses valores estão contemplados em operações com cartões de crédito no passivo circulante. 2.15. Estoques: São demonstrados pelo menor entre o custo médio de aquisição e o valor líquido de realização. O custo médio de aquisição compreende o preço de compra, os impostos e tributos não recuperáveis, como por exemplo o ICMS substituição tributária, bem como outros custos diretamente atribuíveis à aquisição e a descontos comerciais e abatimentos. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques deduzido de todos os custos necessários para realizar a venda. 2.16. Imobilizado: É avaliado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, à exceção de terrenos e construções em andamento, acrescidos dos juros incorridos e capitalizados durante a fase de construção dos bens, quando aplicável. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo ou família de ativos, pelo método linear, de modo que seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Custos subsequentes não incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a estes itens forem prováveis e os valores sejam mensuráveis de forma confiável. O item residual do item subitemizado é baixado. Demais itens e mantidos e mantidos são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes de seu uso contínuo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo e são reconhecidos no resultado do exercício ou período em que ocorre a alienação ou baixa. 2.17. Arrendamento: Os ativos por meio de arrendamento financeiro são inicialmente reconhecidos como ativo imobilizado pelo seu valor justo no início do arrendamento ou, se inferior, pelo valor presente do pagamento mínimo do arrendamento. O passivo correspondente ao arrendador é apresentado nas demonstrações financeiras como uma obrigação com arrendamento financeiro. Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil estimada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão. Os pagamentos referentes ao arrendamento financeiro são distribuídos entre os encargos financeiros e a redução da obrigação, a fim de atingir uma taxa de juros constante em relação ao saldo remanescente do passivo. Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear durante o período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são auferidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no exercício ou período em que são incorridos. 2.18. Intangível: 2.18.1. Ativos intangíveis adquiridos separadamente: Os ativos intangíveis com prazo de vida útil definida, mensurados pelo custo de aquisição no momento da aquisição, são reconhecidos no resultado quando incorridos linearmente por 10 anos, período que reflete a melhor estimativa da Administração sobre o tempo mínimo de permanência em imóvel alugado e são submetidos a testes para análise de redução do seu valor líquido recuperável. Os softwares referem-se ao custo das licenças do sistema de gestão empresarial e que vem sendo amortizado linearmente em 5 anos. Outros módulos desse sistema ainda não estão operando e, portanto, estão registrados na rubrica "projetos em andamento". Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, sendo submetidos a teste anual para análise de redução de seu valor líquido recuperável. 2.18.2. Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios: Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios referem-se, substancialmente, aos ativos apurados em aquisições de investimentos representados por redes de lojas. Até 31 de dezembro de 2007, os ativos que tinham como fundamento econômico a rentabilidade futura, foram amortizados de forma linear pelo prazo de 5 a 10 anos. A partir de 1º de janeiro de 2008, data de transição, os saldos de ativos não são mais amortizados contabilmente e são submetidos a teste anual para análise de redução do seu valor líquido recuperável. Nas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ativo são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo. 2.18.3. Baixos de ativos intangíveis: Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros a ele vinculados. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, representados pela diferença entre as receitas líquidas e o seu valor contábil, são reconhecidos no resultado quando ocorridos. 2.18.4. Baixos de ativos intangíveis: 2.19. Reduções ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ativo: No fim de cada exercício, a Administração do Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos não serão recuperáveis pelas operações ou por sua alienação. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante de perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável individual de um ativo, o Grupo calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados a cada unidade geradora de caixa ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponível para uso são submetidos ao teste de redução ao valor líquido recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução do valor recuperável. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente por uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do referido ativo. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A redução do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) não afeta a base de alocação do valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. 2.20. Outros ativos e passivos: Um passivo é reconhecido quando o Grupo possui uma obrigação legal como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Um ativo é reconhecido no balanço quando provável que seus benefícios econômicos futuros favoreçam o Grupo e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra em até doze meses, caso contrário, são classificados como ativos e passivos não circulantes. 2.21. Atualização monetária de direitos e obrigações: Os ativos e passivos monetários sujeitos a reajustes contratuais ou variações cambiais e monetárias são atualizados até a data do balanço patrimonial, sendo essas variações registradas no resultado do exercício a que se referem. 2.22. Provisões: As provisões são reconhecidas para obrigações ou riscos presentes resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre a obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa. Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados serem recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. 2.22.1. Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas: É constituída com base em pareceres jurídicos e avaliação da Administração sobre os processos conhecidos na data do balanço patrimonial, para os riscos considerados prováveis de perda. 2.22.2. Provisões técnicas de seguros (aplicáveis a Luizaseg): a) Provisão de prêmios não ganhos (PPNG): Representa as parcelas dos prêmios de seguro que serão apurados ao resultado no decorrer dos prazos de vigência das apólices ou faturas, calculados "pro rata temporis". b) Provisão para riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE): Representa o ajuste da PPNG em decorrência da existência de riscos vigentes cuja apólice ainda não foi emitida, e é calculada de acordo com premissas atuariais específicas de sociedades seguradoras. c) Provisão para insuficiência de prêmios (PIP): É constituída se constatada a necessidade de complemento da PPNG para a cobertura dos sinistros estimados e despesas administrativas, a ocorrer até o final de vigência do risco coberto. Não se verifica insuficiência de prêmios em quaisquer dos exercícios apresentados. d) Provisão de sinistros a liquidar (PSL): Representa a provisão para pagamento de prováveis indenizações, judiciais ou não, determinadas com base nos avisos de sinistros recebidos na data do balanço. Os sinistros não liquidados são avaliados com base nos dados disponíveis sobre a situação frente ao pagamento dos sinistros que ocorreram e não foram avisados ao Grupo até a data do balanço. 2.22.3. Provisões contingentes adquiridas em uma combinação de negócios: Os passivos contingentes conhecidos e adquiridos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo valor justo na data da aquisição. No encerramento do exercício, esses passivos contingentes são mensurados pelo maior entre o valor que seria reconhecido de acordo com o IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (equivalente ao CPC 25) e o valor inicialmente reconhecido deduzido da amortização acumulada, reconhecida de acordo com o IAS 18 - Receita (equivalente ao CPC 30). 2.23. Tributação: a) Impostos correntes: As provisões para imposto sobre a renda e contribuição social estão baseadas na base tributável dos exercícios. A base tributável de um exercício difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, por excluir receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. As provisões para imposto sobre a renda e contribuição social são calculadas individualmente por empresa componente do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim dos exercícios. b) Impostos diferidos: O imposto sobre a renda e a contribuição social diferidos ("imposto diferido") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício ou período entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração da base tributável, incluindo saldos de prejuízos fiscais, quando aplicável, sendo calculados em cada empresa componente do grupo com base na data do balanço. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre as diferenças temporárias de todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis apenas quando provável que a base tributável futura será em montante suficiente para absorver as diferenças temporárias dedutíveis. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ação ou de reconhecimento inicial de outros ativos e passivos (exceto para combinação de negócios) em uma transação que não afete a base tributável ou o lucro contábil. A probabilidade de recuperação do saldo de impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício ou período e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício ou período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício ou período ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma pela qual o Grupo espera, no final de cada exercício ou período, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. Os impostos diferidos ativos e passivos são mutuamente compensados apenas quando há o fiscal ou legal de compensação, quando estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade ou o Grupo pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes. c) Imposto sobre a renda diferido: O imposto sobre a renda corrente e diferido é reconhecido como despesa ou receita diretamente no resultado do exercício ou do período, exceto quando estão relacionados a itens registrados diretamente em outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido ou originam-se da contabilização inicial de uma combinação de negócios, casos em que são registrados consistentemente com o registro dessas transações. 2.24. Benefícios a empregados: O Grupo possui planos de benefícios a empregados incluindo plano de aposentadoria complementar, assistência médica e participação nos lucros. A descrição dos principais planos de benefícios concedidos aos empregados está descrita na nota nº 26. O plano de aposentadoria complementar se caracteriza na modalidade de plano de contribuição definida, sobre o qual o Grupo não tem qualquer obrigação legal caso o plano não possua ativos suficientes para o pagamento dos benefícios devidos aos empregados como resultado de serviços passados. 2.25. Demonstração do valor adicionado ("DVA"): Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e sua distribuição durante determinado período. É apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, por não ser uma demonstração prevista e obrigatória conforme as IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguiu às disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pelo Grupo, representada pelas receitas (receitas das vendas, incluindo os tributos incluídos sobre as mesmas, demais receitas e os efeitos das provisões de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e a amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas similares). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. 2.26. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas: Na aplicação das políticas contábeis do Grupo, a Administração deve exercer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais informações objetivas não são facilmente obtidas de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais dessas fontes de informações contábeis podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas a seguir descritas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício ou período em que as estimativas são revisadas se a revisão afetar apenas este exercício ou período, ou também em exercícios ou períodos subsequentes se a revisão afetar os resultados futuros. De modo a proporcionar um entendimento de como o Grupo forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, são incluídos comentários referentes a alguns assuntos, conforme segue: a) Imposto de renda e contribuição social diferidos: São utilizadas projeções de resultados preparadas pela Administração e aprovadas pelo Conselho de Administração para fins de cálculo de impostos diferidos. Os resultados reais podem diferir das projeções objetivando mensurar o potencial de geração de lucros tributáveis futuros, que sustentam a realização das bases tributáveis geradoras do imposto de renda e da contribuição social diferidos a serem registrados nas demonstrações financeiras. O lucro tributável futuro real pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o imposto de renda e contribuição social diferidos. b) Vida útil de ativos de longa duração: O Grupo reconhece a depreciação de seus ativos de longa duração com base em vida útil estimada, que é baseada nas suas práticas e reflexões de revisão e refletida em vida econômica desses ativos. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar em decorrência de diversos fatores. As vidas úteis de ativos de longa duração também afetam os testes de recuperação de seu custo. c) Redução dos valores de recuperação dos ativos: A cada encerramento de exercício, o Grupo revisa os saldos dos ativos intangíveis e imobilizados, avaliando a existência ou não de indicativos de que esses ativos têm sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário. d) Provisão para perdas nos estoques: A provisão para perdas nos estoques é estimada com base no histórico de perdas identificadas no inventário físico de lojas e centrais de distribuição e é considerada suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas quando da realização dos procedimentos contábeis necessários. e) Provisão para estoques: A provisão para redução de estoques é calculada com base na análise de vendas praticadas e líquidos dos estoques de venda praticados e líquidos de margem junto a fornecedores, frente ao custo de aquisição das mercadorias. f) Provisão para créditos de liquidação duvidosa: É constituída em montante considerado suficiente pela Administração do Grupo para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de financiamentos e demais valores a receber. O critério de constituição da provisão leva em consideração, para as atividades de varejo, o percentual de recuperação histórica dos valores a receber que

se encontram vencidos e o índice de inadimplência sobre os saldos a receber. Para as atividades financeiras, aplicáveis a Luizacred, a constituição da provisão leva em consideração o atendimento ao plano regulatório estabelecido pelo Banco Central do Brasil, acrescida de eventuais necessidades identificadas pela Administração do Grupo, como inadimplências nos pagamentos do principal ou juros, dificuldades financeiras do devedor e outras evidências objetivas que resultem em deterioração na posição financeira do devedor, por exemplo, índice patrimonial, porcentagem da receita líquida de vendas ou outros indicadores capturados pelos sistemas utilizados para monitorar créditos, violação de cláusulas ou termos de empréstimos pessoais. g) Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas: O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 18. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que as provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras. 2.27. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas: (a) Normas, interpretações e alterações de normas existentes em vigor em 31 de dezembro de 2011 e que não tiveram impacto relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia. As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram editadas até 31 de dezembro de 2011, entretanto não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia:

Table with 3 columns: Norma, Principais exigências, Data de entrada em vigor

Melhorias nas IFRS - 2010 Alteração de diversos pronunciamentos contábeis Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011

Alterações da IFRS 1 Isenção limitada de divulgações comparativas da IFRS 7 para adotantes iniciais Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2010

Alterações do IAS 24 Divulgações de partes relacionadas Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011

Alterações da IFRIC 14 Pagamentos antecipados de exigência mínima de financiamento Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011

Alterações do IAS 32 Classificação dos direitos de emissão Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de fevereiro de 2010

IFRS 19 Extinção de passivos financeiros através de instrumentos patrimoniais Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2010

(b) Normas, interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e que não foram adotadas antecipadamente pela Companhia. As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis da Companhia iniciados a partir de 1º de abril de 2011 ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia.

Table with 3 columns: Norma, Principais exigências, Data de entrada em vigor

IFRS 9 (conforme alterada em 2010) Instrumentos financeiros Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013

Alterações da IFRS 1 Eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRS Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2011

Alterações da IFRS 7 Divulgações - transferências de ativos financeiros Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2011

Alterações do IAS 12 Impostos diferidos - recuperação dos ativos subjacentes quando o ativo é mensurado pelo método de valor justo de acordo com o IAS 40 Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2012

IAS 28 (Revisado em 2011) Revisão do IAS 28 para incluir as alterações introduzidas pelas IFRS 10, 11 e 12. "Investimentos em Coligadas e Entidades com Controle Compartilhado" Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013

IAS 27 (Revisado em 2011), "Demonstrações Financeiras Separadas" Requerimentos do IAS 27 relacionados às demonstrações financeiras consolidadas são substituídos pela IFRS 10. Requerimentos para demonstrações financeiras separadas são mantidos. Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013

IFRS 10 "Demonstrações Financeiras Consolidadas" Substituiu o IAS 27 em relação aos requerimentos aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas e à SIC 12. A IFRS 10 determinou um único modelo de consolidação baseado em controle, independentemente da natureza do investimento. Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013

IFRS 11 "Contratos Compartilhados" Eliminou o modelo de consolidação proporcional para as entidades com controle compartilhado, mantendo apenas o modelo pelo método da equivalência patrimonial. Eliminou também o conceito de "ativos com controles compartilhados", mantendo apenas "operações com controle compartilhado" e "entidades com controle compartilhado". Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013

IFRS 12 "Divulgações de Participações em Outras Entidades" Expande os requerimentos de divulgação das entidades que são ou não consolidadas na quais as entidades possuem influência. Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013

IFRS 13 "Mensurações ao Valor Justo" Substitui e consolida todas as orientações e requerimentos relacionados à mensuração ao valor justo contidos nos demais pronunciamentos das IFRS em um único pronunciamento. A IFRS 13 define valor justo, orienta como determinar o valor justo e os requerimentos de divulgação relacionados à mensuração do valor justo. Entretanto, não introduz nenhum novo requerimento ou alteração com relação aos itens que devem ser mensurados ao valor justo, os quais permanecem nos pronunciamentos originais. Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013

Alterações do IAS 19 "Benefícios aos Empregados" Eliminação do enfoque do corredor ("corridor approach"), sendo os ganhos ou perdas atuariais reconhecidos com outros resultados abrangentes para os planos de pensão e ao resultado para os demais benefícios de longo prazo, quando incorridos, entre outras alterações. Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013

A Administração da Companhia avaliará os impactos nas demonstrações financeiras pela adoção desses pronunciamentos e dessas interpretações e os adotará de acordo com o início da respectiva vigência. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRS novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") em manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

3.1. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Table with 5 columns: Taxas, Controladora (BR GAAP), Consolidado (IFRS e BR GAAP), 2011, 2010

Caixa 10.751 8.806 13.260 10.292 Bancos 32.820 147.629 41.428 255.702

Ativos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado e mantidos para negociação:

Table with 5 columns: De 89,0% a 102,5% CDI, 106.876 4.155 113.025 11.148

Certificados de depósitos bancários 106.876 4.155 113.025 11.148 Fundos de investimentos não exclusivos 533 20.673 5.404 51.723

Total de caixa e equivalentes de caixa 150.980 181.263 173.117 328.865

3.2. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Ativos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado:

Table with 5 columns: Taxas médias, Controladora (BR GAAP), Consolidado (IFRS e BR GAAP), 2011, 2010

Mantidos para negociação Fundo de investimento não exclusivo 105% CDI - - 29.587 30.456

Fundo de investimento exclusivo: Títulos públicos federais (a) 22.476 - 22.476 - Operações compromissadas (a) 2.803 - 2.803 - Depósitos a prazo e outros títulos (a) 1.597 - 1.597 -

Disponíveis para venda Títulos públicos de renda fixa - LFT 100% Selic - - 61.761 48.227

Total 26.876 - 118.224 78.683

Total 26.876 - 118.224 78.683

(a) Refere-se a fundo de investimento exclusivo de renda fixa. Em 31 de dezembro de 2011, a carteira estava substancialmente distribuída nas três categorias descritas na tabela acima, que estão atreladas a títulos e operações financeiras e referenciado à variação da taxa nominal do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), com o objetivo de retornar a rentabilidade média de 103% do CDI à Companhia.

4. CONTAS A RECEBER

Table with 5 columns: Controladora (BR GAAP), Consolidado (IFRS e BR GAAP), 2011, 2010

Contas a receber de clientes: Cartões de débito e crédito (a) 262.117 273.503 293.739 306.200

Crediário próprio (b) 59.824 60.076 73.492 121.406

Contratos de garantia complementar (c) 31.344 27.494 31.344 27.494

Outros - - 1.667.164 1.179.822 844

Total de contas a receber de clientes 353.375 361.073 2.065.829 1.635.766

Provenientes de acordos comerciais (e) 128.265 103.651 146.738 105.765

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (24.456) (28.172) (259.221) (182.924)

Ajuste a valor presente (15.000) (12.189) (16.111) (15.222)

Total de contas a receber 442.184 424.363 1.937.235 1.543.385

Circulante 436.326 422.702 1.927.828 1.524.671

Não circulante 5.858 1.661 9.407 18.714

Os montantes classificados como contas a receber acima apresentadas são classificados como recebíveis e, por conseguinte, mensurados pelo custo amortizado. O prazo médio de recebimento de contas a receber de clientes é de 201 dias na controladora e de 132 dias no consolidado. O ajuste a valor presente é calculado nas datas dos balanços para todas as contas a receber de clientes, exceto aquelas provenientes de acordos comerciais liquidadas em um curto espaço de tempo e cujo efeito não é material. Para seu cálculo é levado em consideração o prazo de realização do ativo utilizando-se uma taxa de desconto baseada na taxa média de encargos financeiros que a Companhia incorre quando de suas captações, conforme comentado na nota 2.7.3. Esta taxa é considerada, pela Administração do Grupo, ao realizar avaliações de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para estes ativos. As operações de crédito estão registradas a valor presente, calculadas "pro rata die" com base na taxa de juros pactuada. Foram cedidas contas a receber em garantia de empréstimos no montante de R\$ 187.269 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 231.284 em 31 de dezembro de 2010), representadas por recebíveis de cartões de crédito. (a) Contas a receber decorrentes das vendas realizadas através dos cartões de crédito, os quais a Companhia e sua controlada Lojas Maia recebem das operadoras em montantes prazos e quantidade de parcelas definidos no momento da venda do produto. Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia possuía créditos cedidos a instituições financeiras, que mantavam em R\$ 441.012 (R\$ 235.007 em 31 de dezembro de 2010), sobre os quais é aplicado um desconto que varia de 104,8% a 107,0% do CDI, apropriado ao resultado na rubrica de despesa financeira. A Companhia, através das operações de antecipação de cartões, transfere para as operadoras e instituições financeiras todos os riscos de recebimento dos clientes e, deste modo, o saldo de contas a receber está líquido desses créditos. (b) Refere-se às contas a receber decorrentes de vendas financiadas pela própria Companhia. (c) Estas vendas são intermediadas pela Companhia, para a Luizacred. A Companhia destina à Luizaseg o valor da garantia estendida, em sua totalidade, no mês subsequente à venda e recebe dos clientes de acordo com o prazo firmado na transação. (d) Refere-se às operações de financiamento a clientes e de crédito pessoal executados pela controlada em conjunto Luizacred. (e) Refere-se a bonificações de produtos a serem recebidas de fornecedores, decorrentes do atendimento a volume de compras, bem como parte de acordos que definem participação do fornecedor nos dispêndios relacionados à veiculação de propaganda e publicidade (propaganda cooperada). A movimentação da provisão para devedores duvidosos é como segue:

Table with 5 columns: Controladora (BR GAAP), Consolidado (IFRS e BR GAAP), 2011, 2010

Saldo no início do período (28.172) (29.698) (182.924) (186.636)

(+) Adições (18.710) (26.368) (250.362) (222.637)

(-) Baixas 22.426 27.894 174.065 226.349

Total no final do período (24.456) (28.172) (259.221) (182.924)

A composição das contas a receber de clientes, por idade de vencimento, é como segue:

Table with 5 columns: Controladora (2011, 2010), Consolidado (2011, 2010)

Valores a vencer: Até 30 dias 29.895 44.927 509.045 288.252

Entre 31 e 60 dias 39.248 57.321 330.951 293.166

Entre 61 e 90 dias 48.713 50.286 249.269 185.258

Entre 91 e 180 dias 101.132 101.698 401.886 376.952

Entre 181 e 360 dias 109.075 91.398 281.040 275.649

Acima de 361 dias 8.440 3.442 12.433 20.939

Total 336.503 349.272 1.784.604 1.440.216

Valores vencidos: Até 30 dias 4.573 3.067 26.046 30.050

Entre 31 e 60 dias 2.882 2.086 18.622 29.068

Entre 61 e 90 dias 2.468 1.624 31.843 18.068

Entre 91 e 180 dias 6.949 4.752 71.431 44.186

Entre 181 e 360 dias - 240 132.636 74.141

Acima de 361 dias - 32 647 37

Total 16.872 11.801 281.225 195.550

Total 353.375 361.073 2.065.829 1.635.766

A composição das contas a receber proveniente de acordos comerciais, por idade de vencimento, é como segue:

Table with 5 columns: Controladora (BR GAAP), Consolidado (IFRS e BR GAAP), 2011, 2010

Valores a vencer: Até 30 dias 32.270 56.092 35.281 57.704

Entre 31 e 60 dias 55.221 20.363 63.650 20.623

Entre 61 e 90 dias 16.195 3.296

8. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

A seguir, são apresentados os detalhes das controladas da Companhia no encerramento de cada exercício:

Nome da controlada	Principal atividade		Participação - %	
	2011	2010	2011	2010
Lojas Maia	Comércio varejista - bens de consumo		100%	100%
LAC	Administradora de consórcios		100%	100%

A movimentação dos investimentos em controladas, apresentado nas demonstrações financeiras individuais, é como segue:

	Luiza Administradora de consórcio ("LAC")		Lojas Maia	
	2011	2010	2011	2010
Quotas/ações possuídas	6.500	6.500	5.000	5.000
Ativos circulantes	11.815	10.746	270.313	379.077
Ativos não circulantes	2.170	1.235	190.955	120.970
Passivos circulantes	3.607	1.601	288.716	208.197
Passivos não circulantes	607	255	340.026	426.412
Receita líquida	25.795	19.560	777.998	248.337
Capital social	6.500	6.500	17.000	5.000
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	9.771	10.125	(167.473)	(134.562)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício/periódico	(354)	935	10.246	(2.264)
Movimentação dos investimentos (provisão para perda)	2011	2010	2011	2010
Saldos no início do período	10.125	9.190	96.017	—
Adiantamento para futuro aumento de capital "AFAC"	—	—	12.000	—
Ágio gerado na aquisição	—	—	—	230.579
Patrimônio líquido (passivo a descoberto) na data da aquisição de controlada	—	—	—	(132.298)
Perda na subscrição de ações	—	—	(55.157)	—
Resultado de equivalência patrimonial	(354)	935	10.246	(2.264)
Saldos no fim do período	9.771	10.125	63.106	96.017

Total de investimentos em controladas

	2011	2010
Grupo de consórcio ("LAC")	9.771	10.125
Lojas Maia	63.106	96.017
	72.877	106.142

O resultado de equivalência patrimonial é impactado por uma despesa de equivalência patrimonial no montante de R\$ 22.631, referente à equivalência patrimonial da controlada New-Utd Utilidades Domésticas S.A. até o momento de sua incorporação societária, em 31 de outubro de 2011, conforme descrito a seguir: **Aquisição e incorporação societária da controlada New-Utd Utilidades Domésticas S.A.:** A Companhia celebrou em 21 de julho de 2011 o contrato de compra e venda com a BF Utilidades Domésticas Ltda. e a BF PAR Utilidades Domésticas Ltda., que estabelece os termos e condições para a aquisição de 100% do capital social votante da "New-Utd Utilidades Domésticas S.A." ("New-Utd"), companhia de varejo de eletroeletrônicos e móveis, explorado pela rede "Bau da Felicidade" por meio de 121 lojas localizadas nos Estados do Paraná, São Paulo e Minas Gerais. O negócio foi configurado como a criação da New-Utd, que teve como acervo líquido os 121 pontos comerciais do Bau da Felicidade, os respectivos contratos de locação, móveis, equipamentos e instalações das lojas, bem como os sistemas de informática (hardware e software) e a propriedade da base de clientes. As demais informações acerca da aquisição da rede "Bau da Felicidade" estão descritas na nota explicativa 30. Com base em laudo de avaliação a valores contábeis do acervo líquido da New-Utd com data-base de 31 de outubro de 2011, a Companhia deliberou em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação societária, em 30 de novembro de 2011, da controlada New-Utd, tendo o seguinte acervo contábil incorporado na data-base:

	2011	2010
Ativos circulantes:		
Caixa e equivalentes de caixa	7.145	—
Contas a receber	3.358	—
Estoques	43.248	—
Outros ativos	6.057	—
Ativos não circulantes:		
Imobilizado	5.883	—
Intangível	17.416	—
Total dos ativos	83.107	—
Passivos circulantes:		
Fornecedores	33.220	—
Salários, férias e encargos sociais	2.785	—
Impostos a recolher	596	—
Partes relacionadas	44.370	—
Outros passivos	2.429	—
Patrimônio líquido:		
Capital social	18.542	—
Reserva de capital	3.796	—
Prejuízos acumulados	(22.631)	—
Total dos passivos e passivo a descoberto	83.107	—

9. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS EM CONJUNTO ("JOINT VENTURES")

	Luizaced	Luizaseg
Ações totais - em milhares	847	13.883
Percentual de participação direta	40,55%(i)	50%
Ativos circulantes	2.944.752	2.087.261
Ativos não circulantes	328.468	310.074
Passivos circulantes	2.955.772	2.280.594
Passivos não circulantes	12.468	13.137
Receitas líquidas	1.057.740	790.746
Capital social	226.624	66.623
Patrimônio líquido	302.980	103.604
Lucro líquido do período	45.494	70.526
Movimentação dos investimentos	2011	2010
Saldos no início do período	51.802	23.597
Resultado de participação relativa (vide demonstração apresentada adiante)	55.157	—
Dividendos propostos	(2.489)	(7.058)
Resultado de equivalência patrimonial	18.388	35.263
Saldos no fim do período	122.858	51.802

(i) Participação direta de 40,55%. Indiretamente através da controlada Lojas Maia, a Companhia detém 9,45% de participação adicional perfazendo o total de 50% de participação direta e indireta. As participações da Companhia em "joint ventures" são como segue: a) Participação direta e indireta de 50% do capital social votante da Luizaced, controlada em conjunto com o Banco Itaúcard S.A. que tem por objeto oferta, distribuição e comercialização de produtos e serviços financeiros aos clientes na rede de lojas da Companhia. b) Participação de 50% do capital social votante da Luizaseg, controlada em conjunto com a NCVF Participações Societárias S.A., subsidiária da Carifil do Brasil Seguros e Previdência S.A., e tem por objeto desenvolvimento, venda e administração de garantias estendidas para qualquer tipo de produto vendido no Brasil através da rede de lojas da Companhia. As participações em cada um dos ativos, passivos, receitas e despesas dos empreendimentos controlados em conjunto estão consolidados, proporcionalmente a participação da Companhia, com itens similares, linha a linha, nessas demonstrações financeiras consolidadas, conforme opção do pronunciamento técnico CPC 19 - Investimento em Empreendimentos Controlados em Conjunto (Joint Venture). Em 11 de março de 2011, através da Assembleia Geral de acionistas da controlada em conjunto Luizaced, foi aprovado aumento de capital no montante de R\$ 160.000, em espécie, com a emissão de 160.000 novas ações, sendo 80.000 preferenciais e 80.000 ordinárias. Os recursos foram aportados em partes iguais pelo Banco Itaúcard S.A. e pela controlada integral - Lojas Maia, de tal modo que esta passou a fazer parte da composição acionária da Luizaced, que tem o seguinte quadro societário:

	Preferenciais	Ordinárias	% do Capital social
Itaúcard	211.691	211.691	50,00%
Magazine Luiza	171.691	171.691	40,55%
Lojas Maia	40.000	40.000	9,45%
Total	423.382	423.382	100,00%

Na mesma data, foi alterado o acordo de acionistas entre a Companhia e o Banco Itaúcard para incorporar a Lojas Maia no quadro societário da Luizaced, porém mantendo controle compartilhado, entre a Companhia e Banco Itaúcard, de forma que participação da Companhia sobre a Luizaced, direta e indireta, represente 50%. O aumento de capital foi em razão da necessidade de caixa para fazer frente ao pagamento do direito de exclusividade junto às Lojas Maia, conforme descrito na nota explicativa nº 16. Com o aporte, a Luizaced permanece no cumprimento dos limites mínimos de capital exigidos pelo Banco Central do Brasil. Abaixo são demonstrados os efeitos desta transação nos balanços individuais da Companhia e da controlada Lojas Maia. No consolidado não há efeito, uma vez que não houve alteração na participação na Luizaced pelo Magazine Luiza:

	Anterior aumento de capital	Após o aumento de capital	Efeito do aumento de capital
Patrimônio líquido	102.940	262.940	160.000
Total de ações	686.764	846.764	160.000
Posição patrimonial Luizaced			
Patrimônio líquido	102.940	262.940	160.000
Total de ações	686.764	846.764	160.000
Gainho de participação relativa do Magazine Luiza			
Ações possuídas pelo Magazine Luiza	343.382	343.382	—
Varição na participação	50,00%	40,55%	(9,45%)
Investimento direto Magazine Luiza	51.470	106.627	55.157
Gainho de participação (Varição no investimento - capital investido)	—	55.157	55.157
Perda na subscrição de ações da Lojas Maia			
Ações possuídas pela Lojas Maia	—	80.000	80.000
Varição na participação	—	9,45%	9,45%
Investimento direto da Lojas Maia	—	24.843	(24.843)
Perda no investimento (Varição no investimento - capital investido)	—	(55.157)	(55.157)

pela Luizaced. b. Participação da Luizaced no resultado da venda de produtos financeiros do "portfólio" do Itaú Unibanco, oferecidos pela Luizaced aos clientes nos pontos de venda da Companhia. c. Custos administrativos e operacionais, de acordo com convênio de rateio de celebrado entre as partes. x. As transações com demais coligadas, as quais são controladas pelo Itaú Unibanco S.A., referem-se a: a. Cessão de créditos, amparada no disposto na Resolução nº 2836 de 30 de maio de 2001, do CMN, de contratos da Luizaced adicionados à provisão para devedores duvidosos; b. Intermediação de serviços financeiros, principalmente relacionados à venda de seguros e correspondentes bancários. xi. As transações com a Carifil do Brasil Vida e Previdência S.A., controladora em conjunto da Luizaseg referem-se a custos administrativos e operacionais, de acordo com convênio celebrado entre as partes. A Companhia possui ainda saldos relativos a receitas diferidas com partes relacionadas, os quais foram mantidos em rubrica específica para fins de apresentação, conforme nota explicativa nº 16.

c) Remuneração da Administração:

	2011	2010
Remuneração do Conselho de Administração	219	180
Remuneração da diretoria executiva	9.965	9.104

A Companhia não possui benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo. Os benefícios de curto prazo para a diretoria executiva são os mesmos dos demais funcionários, conforme descrito na nota explicativa nº 26. Os valores destes benefícios estão agregados à remuneração da diretoria executiva. Em 1º de abril de 2011 o Conselho de administração da Companhia aprovou plano de remunerações baseado em ações para a Administração e alguns membros do Conselho. A outorga das opções de ações relativas a este plano ocorreu em 4 de janeiro de 2012, que está demonstrado na nota explicativa 32. Adicionalmente, a Companhia não mantém quaisquer benefícios para pessoas chave da administração de suas partes relacionadas.

Os benefícios a empregados da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto estão divulgados na nota explicativa nº 26. De acordo com a legislação societária brasileira e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas fixarem e aprovar em Assembleia Geral, o montante global da remuneração anual dos administradores. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi aprovado o limite máximo de remuneração global para os administradores de R\$ 12.595.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) O quadro a seguir demonstra a reconciliação do efeito tributário sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social aplicando-se as alíquotas válidas para a controladora e efeitos consolidados vigentes nos respectivos exercícios.

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2011	2010	2011	2010
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	14.666	82.602	47.937	109.968
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de débito de imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(4.986)	(28.085)	(16.299)	(37.389)
Efeito dos saldos fiscais diferidos devido à diferença na alíquota da CSSL de instituições financeiras, de 9% para 15% Luizaced e Luizaseg	—	—	(1.390)	(2.702)
Efeito dos prejuízos fiscais não registrados como impostos diferidos ativos das controladas Lojas Maia e New-Utd (1)	(2.009)	—	(13.574)	(770)
Reconciliação para a taxa efetiva (efeitos da aplicação das taxas fiscais):				
Exclusão - equivalência patrimonial	4.460	13.644	—	—
Provisões técnicas indedutíveis - Lei 9.249/95	—	—	(3.089)	(710)
Outras (adições) excludentes permanentes, líquidas	(465)	673	(1.919)	437
Crédito (débito) de imposto de renda e contribuição social Corrente	(3.000)	(13.768)	(36.271)	(41.134)
Diferido	—	(8.736)	(39.059)	(28.326)
Total	(3.000)	(5.032)	2.788	(12.808)
	(3.000)	(13.768)	(36.271)	(41.134)

(1) O saldo de reconciliação da controladora refere-se ao prejuízo fiscal da New-Utd. do mês de novembro de 2011 que não pode ser aproveitado para fins fiscais.

De acordo com a legislação fiscal vigente, os registros contábeis e fiscais do imposto de renda e da contribuição social dos últimos cinco exercícios encontram-se abertos para uma eventual fiscalização por parte das autoridades fiscais. Outros impostos e contribuições sociais permanecem sujeitos à revisão e aprovação pelos órgãos competentes por períodos variáveis de tempo.

(b) Composição dos saldos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2011	2010	2011	2010
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo:				
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	68.747	64.053	72.470	65.010
Diferença temporária por adoção de RTT(1)	3.219	14.213	3.219	14.213
Provisão para devedores duvidosos	9.512	9.578	51.618	39.622
Provisão para perda em estoques	5.112	6.323	5.112	6.323
Provisão para riscos fiscais, civis e trabalhistas	28.620	19.817	30.256	19.817
em combinação de negócios	—	—	4.345	18.543
Outras provisões	7.123	474	11.887	4.697
	122.333	114.458	178.907	168.225
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivo:				
Amortização de intangível em combinação de negócios	—	—	10.693	13.746
Outros	—	—	72	72
	—	—	10.765	13.746

(2) A Companhia adotou o Regime Tributário de Transição (RTT), permitido pela Lei 11.941/09 que, a partir da adoção de novas práticas contábeis, cria diferenças temporárias para as bases fiscais. O ativo registrado limita-se aos valores cuja realização é amparada por projeções de bases tributáveis futuras, aprovadas pelos órgãos da administração. As projeções de resultados tributáveis futuros incluem várias estimativas referentes a desempenho da economia brasileira e internacional, seleção de taxas de câmbio, volume e preço de venda, alíquotas de impostos, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e aos valores reais. Como o resultado do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro decorre não somente do lucro tributável, mas também da estrutura tributária e societária do Grupo, da expectativa de realização das diferenças temporariamente indedutíveis, da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis e de diversas outras variáveis, não existe uma correlação direta entre o lucro líquido da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto e o resultado do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro. Portanto, a evolução da realização das diferenças temporariamente indedutíveis não deve ser considerada como um indicativo de lucros futuros da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto. A movimentação dos impostos diferidos em cada um dos exercícios apresentados, é como segue:

	Saldo em 01/01/10		Reconhe- em cido no resultado 31/12/10		Saldo em 31/12/11	
Controladora						
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo:						
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	67.769	(3.716)	64.053	(6.181)	363	—
Diferença temporária por adoção de RTT(1)	21.502	(7.289)	14.213	(10.994)	—	10.512
Provisão para devedores duvidosos	10.097	(519)	9.578	(6.67)	—	9.512
Provisão para perda em estoques	10.716	(4.393)	6.323	(1.211)	—	5.112
Provisão para riscos	8.679	11.138	19.817	8.803	—	28.620
Outras provisões	727	(253)	474	6.649	—	7.123
	119.490	(5.032)	114.458	(3.000)	363	122.333
Consolidado						
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo:						
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	82.724	(17.714)	65.010	(3.415)	363	—
Diferença temporária por adoção de RTT(1)	21.502	(7.289)	14.213	(10.994)	—	10.512
Provisão para devedores duvidosos	36.236	3.386	39.622	11.996	—	51.618
Provisão para perda em estoques	10.716	(4.393)	6.323	(1.211)	—	5.112
Provisão para riscos	8.679	11.138	19.817	10.439	—	30.256
Provisão para riscos em combinação de negócios	—	—	18.543	(14.198)	—	4.345
Outras provisões	2.633	2.064	4.697	7.190	—	11.887
	162.490	(12.808)	168.225	(193)	363	178.907
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivo:						
Amortização de intangível em combinação de negócios	—	—	13.746	(3.053)	—	10.693
Outros	—	—	72	72	—	72
	—	—	13.746	(2.981)	—	10.765

(1) Compensação do imposto de renda e contribuição social diferido ativo com saldo de impostos parcelados, especificamente o valor de juros e multas a serem liquidados com créditos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa da CSSL, nos termos da Portaria Conjunta PGFN/RRF nº 6 de 2009. (2) Os valores reconhecidos diretamente no patrimônio líquido referem-se a efeitos fiscais temporários sobre gastos relacionados à oferta pública de ações e que foram registrados diretamente no patrimônio líquido, conforme mencionado na nota explicativa nº 20. A expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2011 é como segue:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2011	2010	2011	2010
2012	32.413	75.961	—	—
2013	20.821	33.132	—	—
2014	22.151	22.635	—	—
2015	24.051	24.283	—	—
2016	1.431	1.431	—	—
2017 em diante	21.465	21.465	—	—
Total	122.333	178.907	—	—

10. IMOBILIZADO

A movimentação do imobilizado, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, é como segue: a) Controladora:

	Edificações		Móveis e utensílios		Máquinas e equipamentos		Veículos		Computadores e periféricos		Benefetórias		Obras em andamento		Outros		Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2009	10.213	60.929	25.332	11.719	73.556	291.124	—</											

14. DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS

Table with columns: Modalidade, Encargos, Consolidado (IFRS e BR GAAP) 2011, 2010. Rows include Depósitos Interfinanceiros, Passivo circulante, Passivo não circulante.

Os Certificados de Depósitos Interbancários - CDI são títulos emitidos por instituições financeiras e sua negociação é restrita ao mercado interbancário. Referem-se às captações interbancárias efetivadas pela Luizacred junto ao Itaú Unibanco, cujos vencimentos são como segue:

Table with columns: Até 90 dias, De 91 a 365 dias, Consolidado 2011, 2010.

15. OPERAÇÕES COM CARTÕES DE CRÉDITO

Referem-se a valores a repassar pela controlada em conjunto Luizacred a outros estabelecimentos comerciais por vendas realizadas com cartão de crédito "private label" do Grupo.

16. RECEITA DIFERIDA

Table with columns: Receita diferida com terceiros, Contrato de exclusividade com Banco Itaúcard, Contrato sobre direito de exploração - folha de pagamento, Acordo comercial - Cardif.

Receita diferida com partes relacionadas: Contrato de exclusividade com a Luizacred (d), Contrato de exclusividade com a Luizaseg (e).

Total de receitas diferidas: Passivo circulante, Passivo não circulante.

a) Em 27 de novembro de 2009, a Companhia celebrou um "Acordo de Associação", firmado junto às instituições financeiras Itaú Unibanco Holding S.A. (Itaú) e Banco Itaúcard S.A., através do qual a Companhia cedeu à Luizacred a exclusividade do direito de oferta, distribuição e comercialização de produtos e serviços financeiros na sua rede de lojas, pelo prazo de 20 anos. Pela referida associação as Instituições Itau pagaram à vista o montante de R\$ 250.000, sendo: i) R\$ 230.000 relacionados à consecução da negociação em si, sem direito de regresso; e, ii) R\$ 20.000 vinculados ao cumprimento de metas de rentabilidade na Luizacred, sujeitos a devolução de parte ou da integralidade do valor, a serem apropriados a resultado no período do contrato, ou seja, 20 anos, a medida do cumprimento das metas. b) Em 30 de junho de 2008, a Companhia celebrou com instituição financeira contrato de cessão do direito exclusivo de exploração de sua folha de pagamento pelo prazo de 5 anos para a prestação de serviços bancários aos seus empregados. Essa parceria propiciou o ingresso de R\$ 20.250 no caixa da Companhia. O reconhecimento da receita decorrente dos recursos recebidos é apropriado ao resultado durante o período de vigência do contrato. c) Em 1º de dezembro de 2007, a controlada Lojas Maia firmou acordo comercial por seis anos com a Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A., com o objetivo de comercializar produtos de seguro, tais como Garantia Estendida, Proteção Financeira e demais produtos de seguro. Por este acordo a controlada Lojas Maia recebeu R\$ 23.000, que está sendo apropriado ao resultado durante o período de vigência do contrato. d) Em 29 de dezembro de 2010 a controlada Lojas Maia, celebrou acordo de associação com a Luizacred, controlada em conjunto, através do qual concedeu exclusividade do direito de oferta, distribuição e comercialização de produtos e serviços financeiros na sua rede de lojas, pelo prazo de 19 anos. Por essa associação a Luizacred pagou em dinheiro o montante de R\$ 160.000 a Lojas Maia (no consolidado R\$ 80.000 são eliminados contra intangível da Luizacred), que são apropriados ao resultado durante o período de vigência do contrato. Como parte desse acordo de associação, o montante de R\$ 20.000, mencionado no item "(a) ii" acima foi aumentado para R\$ 55.000. Em 16 de dezembro de 2011, a Companhia celebrou um aditamento ao acordo de associação com a controlada em conjunto Luizacred, em virtude do acréscimo nas operações da Companhia, advindo da aquisição da New-Utd (veja nota explicativa nº 30). Por este aditamento a Luizacred pagou em dinheiro o montante de R\$ 48.000 à Companhia, que serão apropriados ao resultado durante o período de vigência remanescente do acordo de associação. e) Em 13 de dezembro de 2005, a Companhia celebrou aliança estratégica com a Cardif do Brasil Seguros e Previdência S.A., através da qual concedeu à controlada em conjunto Luizaseg, o direito de exploração e exclusividade de oferta, distribuição e comercialização de produtos ampliados de seguros, principalmente garantias estendidas dos produtos comercializados na rede de lojas da Companhia, pelo prazo de 10 anos. Esta aliança propiciou o ingresso de R\$ 50.000 no caixa da Companhia, sem estabelecimento de metas a serem cumpridas cuja amortização está relacionada a expectativa dos benefícios econômicos estimados para o projeto.

17. PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGUROS

Table with columns: Consolidado (IFRS e BR GAAP) 2011, 2010. Rows include Provisão de prêmios não ganhos, Sinistros a liquidar, Provisão de sinistros ocorridos e não avisados, Outras provisões técnicas, Total, Passivo circulante, Passivo não circulante.

(a) É constituída para a cobertura dos sinistros a ocorrer considerando indenizações e despesas relacionadas, ao longo dos prazos a decorrer dos riscos vigentes na data-base de cálculo. (b) Representa a provisão para pagamento de prováveis indenizações, judiciais ou não, determinadas com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço. (c) É constituída para fazer frente ao pagamento dos sinistros que ocorreram e não foram avisados ao Grupo até a data do balanço. (d) Refere-se ao prêmio comercial diferido, que será apropriado ao resultado de acordo com o prazo de vigência das apólices.

18. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto possuem processos em andamento de natureza tributária, cível e trabalhista, para os quais apresentou defesa administrativa ou judicial. Para os casos em que a opinião dos assessores legais é desfavorável, a Companhia constituiu, em 31 de dezembro de 2011, no passivo não circulante, provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, sendo esta a melhor estimativa de desembolso futuro da Administração do Grupo. A movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é como segue:

Table with columns: Controladora (BR GAAP) 2011, 2010, Consolidado (IFRS e BR GAAP) 2011, 2010. Rows include Tributários, Cíveis, Trabalhistas.

Em 31 de dezembro de 2011, a natureza das principais causas, classificadas pela Administração com base na opinião de seus assessores jurídicos como de risco provável de perda, bem como obrigações legais que possuem valores depositados judicialmente, que tiveram seus valores incluídos nas provisões acima, é como segue: a) Processos tributários: (i) A Companhia contesta quinze autuações fiscais impostas pela Secretaria da Fazenda de São Paulo, a qual alega recolhimento a menor de ICMS, supostamente devido a título de erro de aplicação de alíquotas. Tendo em vista a classificação de riscos feitos pelos seus consultores jurídicos, como de perda provável, a Companhia procedeu à provisão. Tais autuações perfazem o montante de R\$ 15.706 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 12.234 em 31 de dezembro de 2010). Destes montantes, aproximadamente R\$ 3.500 está garantido por resultados relativos de mercadorias da Companhia. (ii) A Companhia discute judicialmente via mandado de segurança a inconstitucionalidade de obrigação ao recolhimento da contribuição ao INCRFA. Para tanto a Companhia tem realizado depósitos judiciais em conta vinculada ao processo, que totaliza R\$ 3.477 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 2.321 em 31 de dezembro de 2010). (iii) A Companhia contesta judicialmente a majoração da alíquota da RAT (Risco Acidente de Trabalho). Para tanto ingressou com ação judicial e passou a depositar judicialmente em conta vinculada no processo os valores referentes à diferença da majoração. O depósito judicial perfaz o valor total de R\$ 17.532 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 6.843 em 31 de dezembro de 2010). (iv) A Companhia discute administrativamente o índice FAP (Fator Acidentário de Prevenção) que lhe foi imposto pela Resolução MPS/CNPS nº 1.269/06, cuja provisão totaliza R\$ 13.709 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 6.584 em 31 de dezembro de 2010). (v) Demais ações tributárias avaliadas pela Administração da controladora e da controlada Lojas Maia e seus assessores jurídicos como perda provável somam R\$ 36.193 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 41.234 em 31 de dezembro de 2010), os quais foram provisionados e estão relacionadas a autos de infração por supostas divergências na aplicação de alíquotas de ICMS, bem como a riscos relacionados ao PIS/COFINS referentes a débitos sobre receita de juros, subvenções fiscais recebidas e créditos julgados como passíveis de questionamento junto ao Fisco. (vi) A controlada Lojas Maia não reconhece a obrigatoriedade sobre recolhimento de PIS/COFINS sobre a base de cálculo de ICMS, efetuando depósito judicial, e respectiva provisão, no valor total de R\$ 33.084 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 15.580 em 31 de dezembro de 2010). (vii) Durante o processo de combinação de negócios da controlada Lojas Maia, outros riscos fiscais relacionados a ICMS, IRPJ, CSSL e ISS foram identificados pela Companhia e ponderados no contexto de apuração dos respectivos valores justos, tendo sido registrada provisão adicional de R\$ 6.532 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 41.038 em 31 de dezembro de 2010). A variação verificada no exercício de 2011 refere-se à extinção de parte dos riscos, principalmente relacionados ao ICMS, avaliados a partir de prognósticos jurídicos. O Grupo entende que a melhor estimativa de desembolsos futuros para os processos tributários registrados descritos no item a(i) é como segue:

Table with columns: Consolidado Desembolso estimado 2011, 2010. Rows include 2013, 2014, 2015, 2016, 2017.

As premissas utilizadas para tal estimativa levam em consideração, principalmente: a) Possibilidade de discussão da contingência tanto administrativa, como judicialmente; b) Duração média de discussão em cada esfera, sendo de 1 a 3 anos para discussões administrativas, podendo superar 10 anos para discussões na esfera judicial; c) Possibilidade de adesão a possíveis anistias fiscais; d) Realização de depósitos judiciais, para os casos aplicáveis; e) Eventuais alterações de legislação e jurisprudência. Os demais processos tributários do Grupo possuem expectativa de desembolso maior do que cinco anos e não podem ser previstos com exatidão devido ao estágio inicial que se encontram e a resolução de eventos que devem ocorrer antes da esfera judicial. b) Processos cíveis: As contingências cíveis da controladora no montante de R\$ 8.521 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 8.644 em 31 de dezembro de 2010) estão relacionadas a reclamações oriundas principalmente de clientes sobre possíveis defeitos de produtos. A controlada Lojas Maia por pertencer também ao ramo varejista, possui processos da mesma natureza no montante de R\$ 5.652 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 5.733 em 31 de dezembro de 2010). Os demais saldos, não relevantes, estão registrados nas demais controladas e controladas em conjunto da Companhia. c) Processos trabalhistas: i. Na esfera trabalhista, a Companhia é parte em diversos processos envolvendo principalmente questionamentos acerca de horas extras incorridas. O valor provisionado de R\$ 21.932 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 19.900 em 31 de dezembro de 2010) na controladora reflete o risco de perda provável avaliado pela Administração da Companhia juntamente com seus assessores jurídicos. Os demais saldos, não relevantes, estão registrados nas demais controladas e controladas em conjunto da Companhia. ii. A Companhia contesta ainda o recolhimento de contribuição previdenciária sobre aviso prévio indenizado, que está sendo depositado judicialmente em sua totalidade, no valor de R\$ 3.289 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 1.759 em 31 de dezembro de 2010), sendo o saldo total provisionado na controladora. O Grupo entende que a melhor estimativa de desembolsos futuros para os processos cíveis e trabalhistas, registrados no passivo circulante é como segue:

Table with columns: Consolidado Desembolso estimado 2011, 2010. Rows include 2013, 2014, 2015, 2016, 2017.

As premissas utilizadas para tal estimativa levam em consideração, principalmente a fase processual, considerando que tanto um processo civil, quanto um processo trabalhista tem duração média de três a cinco anos, dentre todas as fases processuais. A Companhia é parte em outros processos que foram classificados pela Administração como de risco de perda possível, com base na opinião de seus assessores jurídicos; portanto, nenhuma provisão foi constituída para tais processos. Os valores atribuídos às principais causas passivas são como segue: a) Processos tributários: Existem processos tributários em que a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto situam-se como réus. O montante estimado pela Administração e seus assessores legais relacionados a esses processos, os quais se encontram na esfera administrativa ou judicial, é de R\$ 377.309 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 132.245 em 31 de dezembro de 2010). Descrevemos a seguir a natureza dos principais processos tributários possíveis: PIS e COFINS - Processos administrativos, cuja discussão tramita junto à Delegacia Regional de Julgamento, relativos a autos de infração lavrados por eventuais divergências de base de apuração do imposto, por créditos apurados e compensados, porém não homologados pela Receita Federal, dentre outros de menor importância. O montante envolvido com estas naturezas descritas somam R\$ 156.577. ICMS - Processos administrativos e judiciais, relativos a autos de infração lavrados por: (i) eventuais divergências de alíquotas de ICMS, (ii) alguns descumprimentos de obrigações acessórias, (iii) por ter adquirido mercadorias de fornecedores, os quais tiveram à posteriori suas inscrições declaradas inaptas pelo fisco, (iv) e, discussão acerca da majoração de alíquota pelo Estado de São Paulo, de 17% para 18%; dentre outros de menor importância, no valor estimado de R\$ 188.028. b) Processos cíveis e trabalhistas: A Companhia contesta processos administrativos cíveis e trabalhistas, com risco estimado de perda possível, cujos valores envolvidos são irrelevantes para divulgação. Contingências ativas: A Companhia é parte em outros processos tributários de diversas naturezas situando-se como autora, isto é, no pólo ativo das ações. Os valores estimados para esses processos totalizam o valor de aproximadamente R\$ 294.528 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 233.602 em 31 de dezembro de 2010), e não foram registrados contabilmente por se tratar de ativos contingentes. Tais créditos referem-se principalmente à discussão judicial que visa excluir o ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, o que totaliza aproximadamente R\$ 175.615. Outros créditos são buscados em ações que discutem o alargamento da base de cálculo do PIS, a exclusão do ISS da base de cálculo do PIS/COFINS, entre outros.

19. IMPOSTOS PARCELADOS

Table with columns: Controladora (BRGAAP) 2011, 2010, Consolidado (IFRS e BRGAAP) 2011, 2010. Rows include PAES, REFIIS IV.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 a Receita Federal consolidou os débitos inseridos no Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) da Companhia e da Controlada em conjunto Luizacred sem alterações relevantes em relação aos saldos provisionados. A variação no saldo do REFIIS refere-se ao pagamento a vista pela Controlada Luizaseg.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social: Em 17 de dezembro de 2010, através de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a redução do capital social da Companhia no valor de R\$ 177.000, com a absorção de prejuízos acumulados. Em 1º de abril de 2011, através de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o desdobramento da totalidade das ações ordinárias representativas do capital social da Companhia, de forma que cada ação ordinária passou a ser representada por 3,10666710436154 novas ações ordinárias, resultando em 150.000.000 de ações ordinárias. Oferta pública de ações: Em 5 de abril de 2011, a Companhia celebrou o Contrato de Participação no Novo Mercado com a BM&FBOVESPA, por meio do qual aderiu às Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa do Novo Mercado e do Regulamento especial de negociação de valores mobiliários da BM&FBOVESPA, disciplinado pelo Regulamento do Novo Mercado, que estabelece regras diferenciadas de governança corporativa a serem observadas pela Companhia, mais rigorosas do que aquelas estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações. Em 2 de maio de 2011, a Companhia iniciou uma Oferta Pública Inicial de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, compreendendo distribuição primária e distribuição secundária, de titularidade dos Acionistas Vendedores, no valor de R\$ 16,00 por ação. Houve também a subscrição de ações suplementares, definida como "Opção de Ações Suplementares" no prospecto definitivo de distribuição. A venda das ações suplementares ocorreu nas mesmas condições e preço das ações inicialmente ofertadas, cujo processo de Oferta Pública Inicial encerrou-se em 3 de junho de 2011. Resumo dos valores envolvidos na operação:

Table with columns: Distribuição primária, Número de ações, Valores em R\$ mil, Distribuição secundária, Número de ações, Valores em R\$ mil, Total de ações, Valor total da distribuição.

O total de ações da Companhia a partir desta oferta é de 186.494.467 de ações, ficando a composição acionária assim distribuída:

Table with columns: Quantidade de ações, Participação %, LTD Administração e Participações S.A., Wagner Garcia Participações S.A., Brazil Zia I, LLC, Brazil Zia II, LLC, Ações em circulação, Outros.

Os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária serão utilizados para (i) investimentos em abertura de novas lojas, (ii) aquisição de empresas do setor de varejo e de comércio eletrônico, (iii) investimentos em reforma de lojas e (iv) reflorescimento de capital de giro. Os gastos relacionados à oferta pública de ações totalizaram R\$ 20.406, líquido de efeitos fiscais, sendo que R\$ 14.932 refere-se a honorários e comissões de bancos e corretores envolvidos na oferta. A negociação das ações da Companhia iniciou-se em 2 de maio de 2011. Reserva legal: O saldo da rubrica "Reserva Legal", tal como previsto no Artigo 193 da Lei nº 6.404/76, refere-se ao montante constituído de 5% do lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia mantém o registro nesta rubrica, o valor de R\$ 4.025 (R\$ 3.442 em 31 de dezembro de 2010). Dividendos: O estatuto social prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 15% do lucro líquido ajustado na forma da lei societária. A proposta de distribuição de dividendos e de constituição de reserva de lucros, pela Administração à Assembleia Geral Ordinária, no exercício de 2011, é conforme segue:

Table with columns: Lucro líquido do exercício, (-) Constituição de reserva legal, Base de lucro passível de distribuição, Atribuição percentual de dividendos mínimo obrigatórios, Dividendos mínimos propostos, Média ponderada das ações em circulação no período, Dividendos mínimos por ação, Reserva de retenção de lucros, Lucro por ação.

Lucro dos exercícios atribuível aos proprietários da Companhia: Média ponderada das ações em circulação no período, Lucro básico e diluído por ação (em Reais).

Não há diferença entre o lucro básico e o lucro diluído por ação por não ter havido durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

21. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Table with columns: Controladora (BR GAAP) 2011, 2010, Consolidado (IFRS e BR GAAP) 2011, 2010. Rows include Receita bruta, Varejo - revenda de mercadoria, Varejo - prestação de serviços, Operações de crédito, Operações de seguro, Administração de Consórcio.

Impostos e devoluções: Revenda de mercadoria, Prestação de serviços.

Receita líquida de vendas: 5.135.586 (4.193.623) 6.419.371 4.808.024

22. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DE CAPTAÇÃO NO MERCADO

Table with columns: Controladora (BR GAAP) 2011, 2010, Consolidado (IFRS e BR GAAP) 2011, 2010. Rows include Custos, Das mercadorias revendidas, De prestação de serviços, De captação para operações financeiras.

23. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS RECONHECIDAS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

O Grupo apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseadas na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

Table with columns: Controladora (BR GAAP) 2011, 2010, Consolidado (IFRS e BR GAAP) 2011, 2010. Rows include Compra e variação de mercadorias para revenda, Custos financeiros (captação e financiamentos), Despesas com pessoal, Despesas com publicidade, Despesas com fretes, Despesas com locações, Despesas com depreciação e amortização, Despesas com prestadores de serviços, Provisões diversas, Provisão para devedores duvidosos, Outras, Total.

Demonstrações do resultado:

Table with columns: Receita bruta com terceiros, Receita bruta com partes relacionadas, Deduções da receita, Receita líquida do segmento, Custos das mercadorias revendidas, Despesas com vendas, Despesa com vendas - partes relacionadas, Despesas gerais e administrativas, Resultado da provisão com créditos de liquidação duvidosa, Depreciação e amortização, Equivalência patrimonial, Outras receitas operacionais, Receita financeira, Despesa financeira, Despesa financeira com partes relacionadas, Imposto de renda e contribuição social, Lucro (prejuízo) líquido do período.

Table with columns: 2011, Varejo, Operações financeiras, Operações de seguros, Administração Consórcios, Total, Eliminações, Saldo, Consolidado. Rows include Receita bruta com terceiros, Receita bruta com partes relacionadas, Deduções da receita, Receita líquida do segmento, Custos das mercadorias revendidas, Lucro bruto, Despesas com vendas, Despesa com vendas - partes relacionadas, Despesas gerais e administrativas, Resultado da provisão com créditos de liquidação duvidosa, Depreciação e amortização, Equivalência patrimonial, Outras receitas operacionais, Receita financeira, Despesa financeira, Imposto de renda e contribuição social, Lucro líquido do período.

Table with columns: 2010, Varejo, Operações financeiras, Operações de seguros, Administração Consórcios, Total, Eliminações, Saldo, Consolidado. Rows include Receita bruta com terceiros, Receita bruta com partes relacionadas, Deduções da receita, Receita líquida do segmento, Custos das mercadorias revendidas, Lucro bruto, Despesas com vendas, Despesa com vendas - partes relacionadas, Despesas gerais e administrativas, Resultado da provisão com créditos de liquidação duvidosa, Depreciação e amortização, Equivalência patrimonial, Outras receitas operacionais, Receita financeira, Despesa financeira, Imposto de renda e contribuição social, Lucro líquido do período.

Table with columns: 2011, Ativos, Varejo, Operações financeiras, Operações de seguros, Administração Consórcios, Total, Eliminações, Saldo, Consolidado. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Títulos e valores mobiliários, Contas a receber, Estoques, Investimentos, Imobilizado e intangível, Outros ativos.

Table with columns: 2010, Ativos, Varejo, Operações financeiras, Operações de seguros, Administração Consórcios, Total, Eliminações, Saldo, Consolidado. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Títulos e valores mobiliários, Contas a receber, Estoques, Investimentos, Imobilizado e intangível, Outros ativos.

Table with columns: Passivos, Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, Depósitos interfinanceiros, Operações com cartões de crédito, Provisões técnicas de seguros, Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, Receita diferida, Outras contas a pagar, 2011, 2010, Consolidado.

Table with columns: Controladora (BR GAAP) 2011, 2010, Consolidado (IFRS e BR GAAP) 2011, 2010. Rows include Custos das mercadorias vendidas, Despesas com vendas, Despesas gerais e administrativas, Perdas em créditos de liquidação duvidosa, Depreciação e amortização, Outras receitas operacionais, líquidas.

24. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

Table with columns: Controladora (BR GAAP) 2011, 2010, Consolidado (IFRS e BR GAAP) 2011, 2010. Rows include Ganho (perda) na venda de ativo imobilizado, Apropriação de receita diferida, Reversão de provisão para riscos tributários, Ressarcimento de tributos, Provisão para perdas tributárias, Despesas pré-operacionais, Despesas com cartões de crédito, Operações de crédito pessoal - Luizacred, Venda de estrutura de divulgação de marca, Despesas com sinistros financeiros.

a) O saldo refere-se à venda de imóveis para partes relacionadas conforme descrito na nota explicativa nº 6. b) Refere-se à apropriação de receita diferida por cessão de direitos de exploração, conforme descrito na nota explicativa nº 16. c) Refere-se à reversão de provisão para possíveis perdas tributárias, anteriormente mensurada para fins da combinação de negócios das Lojas Maia e que, a partir de prognósticos jurídicos subsequentes, deixaram de existir. d) Refere-se a créditos tributários, vinculados a créditos temporários registrados sobre recolhimentos previdenciários realizados sobre base de natureza indenizatória. e) Refere-se a gastos incorridos anteriormente à inauguração das lojas do Grupo. O principal saldo refere-se às lojas adquiridas junto a New-Utd (Lojas Baú). f) Refere-se a despesas para emissão e implementação de novos cartões de crédito, como ações de marketing e prospecção, entre outros. g) Em 2005, a Luizacred firmou contrato de parceria junto ao antigo Banco Fininvest S.A., sucedido pelas instituições Itaú Unibanco, para a oferta de operações de crédito pessoal aos clientes do Magazine Liza, para complementar o portfólio de serviços disponibilizados pela Luizacred. A principal condição do contrato estabelece a transferência dos recursos alocados mensalmente ("profit sharing") obtidos pelos serviços de empréstimos contratados junto a Fininvest, a favor da Luizacred. h) Refere-se à receita obtida pela venda da estrutura de divulgação da Luizacred, a fim de fomentar a marca da Itaúcard. i) Refere-se a despesas em sinistros com operações de cartões de crédito da Luizacred.

25. RESULTADO FINANCEIRO

Table with columns: Controladora (BR GAAP) 2011, 2010, Consolidado (IFRS e BR GAAP) 2011, 2010. Rows include Receitas financeiras, Juros de vendas de garantia estendida, Rendimento de aplicações financeiras e títulos mobiliários, Juros por atrasos nos recebimentos, Variação cambial ativa, Desconto obtido, Outras, Despesas financeiras, Juros de empréstimos e financiamentos, Encargos sobre antecipação de cartão de crédito, Provisão de juros com garantia estendida, Variação cambial passiva, Outras, Resultado financeiro líquido.

26. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia e suas controladas oferecem plano de aposentadoria complementar para todos os seus colaboradores. Esta previdência complementar está inserida na modalidade de contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para o Grupo. A contribuição do Grupo corresponde a 0,20% do salário dos colaboradores participantes, podendo ser suspensa a qualquer tempo, a critério do Grupo, desde que com aviso prévio aos participantes. Em 2011 e 2010, respectivamente, as contribuições montaram em R\$1.285 e R\$ 611. Os participantes podem fazer contribuições voluntárias, descontadas em folha, não havendo contrapartida da Companhia. O Grupo provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico, seguro de vida, vale alimentação, vale transporte, bolsa de estudo, entre outros. A despesa proveniente de tais benefícios, registrada no exercício de 2011, foi de R\$ 94.738 (R\$ 59.545 em 2010). Adicionalmente, o Grupo não mantém quaisquer benefícios para pessoas chave da administração de partes relacionadas.

27. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

Em conformidade com os Acordos Coletivos de Trabalho firmados com as categorias de seus colaboradores, o Grupo implantou o programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos. No exercício de 2011, não houve atendimento das metas pré-estipuladas e, conseqüentemente, não houve provisão para o pagamento de participação dos empregados registrada no balanço. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, foram provisionados, na controladora e no consolidado, R\$ 14.468 (R\$ 4.585 em 2009). Os valores são registrados como despesas operacionais.

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

O CPC 22 e a IFRS 8 - Informações por Segmento - requerem que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Companhia regularmente revisados pelo Diretor Presidente, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho. Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Companhia classificou seus negócios em Varejo, Operações Financeiras, Operações de Seguros e Administração de Consórcios. Essas divisões são consideradas os segmentos primários para divulgação de informações. As principais características para cada uma das divisões são: • Varejo - substancialmente revenda de mercadorias e prestações de serviços nas lojas da Companhia; • Operações financeiras - por meio da controlada em conjunto Luizacred, que tem como objeto principal fornecer crédito aos clientes da Companhia; para aquisição de produtos; • Operações de seguros - por meio da controlada em conjunto Luizaseg, que tem como objeto principal a oferta de garantias estendidas aos produtos adquiridos pelos clientes da Companhia; • Administração de consórcios - por meio da controlada LAC, que tem como objeto principal a administração de consórcios aos clientes da Companhia, para aquisição de produtos. As vendas da Companhia são integralmente realizadas em território nacional e, considerando as operações no varejo, não existe concentração de clientes, assim como de produtos e serviços oferecidos pelo Grupo.

Table with columns: 2011, Varejo, Operações financeiras, Operações de seguros, Administração Consórcios, Total, Eliminações, Saldo, Consolidado. Rows include Receita bruta com terceiros, Receita bruta com partes relacionadas, Deduções da receita, Receita líquida do segmento, Custos das mercadorias revendidas, Lucro bruto, Despesas com vendas, Despesa com vendas - partes relacionadas, Despesas gerais e administrativas, Resultado da provisão com créditos de liquidação duvidosa, Depreciação e amortização, Equivalência patrimonial, Outras receitas operacionais, Receita financeira, Despesa financeira, Imposto de renda e contribuição social, Lucro líquido do período.

Table with columns: 2010, Varejo, Operações financeiras, Operações de seguros, Administração Consórcios, Total, Eliminações, Saldo, Consolidado. Rows include Receita bruta com terceiros, Receita bruta com partes relacionadas, Deduções da receita, Receita líquida do segmento, Custos das mercadorias revendidas, Lucro bruto, Despesas com vendas, Despesa com vendas - partes relacionadas, Despesas gerais e administrativas, Resultado da provisão com créditos de liquidação duvidosa, Depreciação e amortização, Equivalência patrimonial, Outras receitas operacionais, Receita financeira, Despesa financeira, Imposto de renda e contribuição social, Lucro líquido do período.

Table with columns: 2011, Ativos, Varejo, Operações financeiras, Operações de seguros, Administração Consórcios, Total, Eliminações, Saldo, Consolidado. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Títulos e valores mobiliários, Contas a receber, Estoques, Investimentos, Imobilizado e intangível, Outros ativos.

Table with columns: 2010, Ativos, Varejo, Operações financeiras, Operações de seguros, Administração Consórcios, Total, Eliminações, Saldo, Consolidado. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Títulos e valores mobiliários, Contas a receber, Estoques, Investimentos, Imobilizado e intangível, Outros ativos.

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gestão de risco de capital: A Administração da Companhia gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em abertura de lojas, reformas e remodelação das lojas existentes, além de prover retorno aos acionistas. A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido. Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos estoques, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo. Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em abertura de lojas, reformas e remodelação das lojas existentes. A Companhia utiliza também o índice de Dívida Líquida/EBITDA, o qual, no seu entendimento representa, de forma mais apropriada, a sua métrica de endividamento, pois reflete as obrigações financeiras consolidadas líquidas das disponibilidades imediatas para pagamentos, considera sua geração de caixa operacional. Por "Dívida líquida" deve-se entender o somatório de todos e quaisquer Empréstimos e Financiamentos do passivo circulante e do não circulante, subtraído de caixa e equivalentes de caixa do ativo circulante. Por EBITDA deve-se entender lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, das despesas e receitas financeiras, e da depreciação e amortização.

Categoria de instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	(BR GAAP)	(IFRS e BR GAAP)	(IFRS e BR GAAP)	(IFRS e BR GAAP)
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Ativos financeiros				
Empréstimos e recebíveis (inclusive caixa e bancos):				
Caixa e bancos	43.571	156.435	54.688	265.994
Depósitos judiciais	53.534	24.175	88.969	47.214
Contas a receber	442.184	424.363	1.937.235	1.543.385
Partes relacionadas	130.165	41.688	42.601	36.018
Mantidos para negociação:				
Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.....	134.285	24.828	174.892	93.327
Disponíveis para venda:				
Títulos e valores mobiliários	-	-	61.761	48.225
Passivos financeiros				
Custo amortizado:				
Empréstimos, financiamentos e depósitos interfinanceiros	591.257	633.744	1.692.813	1.631.598
Operações com cartões de crédito	-	-	436.130	220.230
Fornecedores.....	1.091.013	977.173	1.267.774	1.132.289
Partes relacionadas	45.737	33.775	25.492	21.666

A Administração da Companhia é de opinião que os instrumentos financeiros, os quais estão reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado, em razão do vencimento de parte substancial ocorrer em data próxima à dos balanços. O saldo dos empréstimos e financiamentos é atualizado monetariamente com base em índices de inflação e juros variáveis em virtude das condições de mercado e, portanto, o saldo devedor registrado nas datas dos balanços está próximo do valor de mercado. Contudo, tendo em vista que não há mercado ativo para esses instrumentos, diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente. **Mensurações de valor justo:** Ativos e passivos consolidados estimados ao valor justo são resumidos abaixo: Caixa e equivalentes de caixa são classificadas dentro no Nível 2 e o valor justo é estimado com base em relatórios de corretoras que fazem uso de preços de mercado cotados para instrumentos similares. O valor justo de outros instrumentos financeiros descritos acima permite uma aproximação do valor contábil com base nas condições de pagamento existentes. A Companhia não tem ativos ou passivos em aberto nos quais o valor justo poderia ser mensurado utilizando-se informações significativas não observáveis (Nível 3) em 31 de dezembro de 2011 e 2010. **Gestão de risco de liquidez:** A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Financeira da Companhia, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. O Grupo gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e pela manutenção de relacionamento próximo com instituições financeiras, com frequente divulgação de informações para suportar decisões de crédito quando da necessidade de recursos externos. A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros do Grupo e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que o Grupo deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas taxas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que o Grupo deve quitar as respectivas obrigações.

	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Total
Fornecedores	1.267.774	-	-	1.267.774
Empréstimos e financiamentos	129.671	348.562	233.102	711.335
Partes relacionadas	25.492	-	-	25.492

Considerações sobre riscos: Os negócios da Companhia e de suas controladas compreendem especialmente o comércio varejista de bens de consumo, principalmente artigos eletrodomésticos, eletrônicos, móveis e serviços financeiros, o financiamento ao consumidor para as aquisições dos referidos bens e atividades de grupos de consórcio, formados para a aquisição de veículos, motos, eletrodomésticos e imóveis. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são, sumariamente, os seguintes: **Risco de crédito:** o risco de crédito surge da possibilidade do Grupo vir a incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados a seus clientes, que em 31 de dezembro de 2011 tem um saldo de R\$ 1.933.235 (R\$ 1.543.385 em 31 de dezembro de 2010). Este risco é avaliado pela Companhia como baixo, tendo em vista a pulverização natural das vendas, em função do grande número de clientes, porém não há garantias reais de recebimento do saldo total de contas a receber, em virtude da natureza dos negócios do Grupo. Para os casos em que a concentração dos valores faturados é maior, o risco é gerenciado através de análises periódicas do nível de inadimplência, bem como pela adoção de formas mais eficazes de cobrança. Em 31 de dezembro de 2011 o Grupo mantinha em contas a receber saldos que estariam vencidos ou perdidos, cujos termos foram renegociados, no montante de R\$ 89.694 (R\$ 100.856 em 31 de dezembro de 2010), os quais estão adicionados à análise do Grupo sobre a necessidade de constituição de provisão para liquidação duvidosa. **Risco de mercado:** decorre do desaquecimento do varejo no cenário econômico do país. O gerenciamento dos riscos envolvidos nessas operações é realizado através do estabelecimento de políticas operacionais e comerciais, determinação de limites para transações com derivativos e do monitoramento constante das posições assumidas. **Risco de taxas de juros:** o Grupo está exposto a taxas de juros flutuantes vinculadas a "Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)", "Certificado de Depósito Interbancário (CDI)" e Selic, relativas a aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos em reais, para os quais realizou análise de sensibilidade, conforme descrito abaixo. **Gestão de risco de taxa de câmbio:** a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de resultado, com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes do descasamento entre moedas e indexadores. As operações com instrumentos derivativos são realizadas por intermédio da Diretoria Financeira, de acordo com políticas previamente aprovadas pelo Conselho de Administração do Grupo. Neste cenário, a Companhia captou empréstimos denominados em moeda estrangeira acrescidos de juros para os quais foram contratadas operações de "swap", com o objetivo de proteção contra risco nas mudanças das taxas de câmbio, substituindo os juros contratados e a variação cambial da moeda estrangeira pela variação do CDI acrescido de taxa pré-fixada. Essa é uma operação "casada" que consiste formalmente em um contrato de empréstimo e uma operação de "swap" contratados na mesma data, com mesmo vencimento, com a mesma contraparte e que deverão ser liquidados pelo seu valor líquido. Dessa forma, a Administração entende que, na essência, essa operação é um empréstimo denominado em moeda local acrescido de uma determinada taxa de juros; portanto, o tratamento contábil e as respectivas divulgações refletem a essência da operação. O detalhe dos contratos, que impactaram o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 é como segue:

Banco contratado	Valor de referência (nacional)	Valor justo com ganho (perda) do "swap"	Indexador banco		Indexador Companhia	
			Indexador	Juros	Indexador	Juros
Bradesco	89.540	8.094	US\$	4,08% a.a.	CDI	118% a.a.
Banco do Brasil	120.052	12.434	US\$	4,79% a.a.	CDI	116% a.a.
	209.592	20.528				

(a) O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é apurado utilizando-se metodologia comumente empregada pelos participantes de mercado, sendo a estimativa do valor presente dos pagamentos por meio da utilização de curvas de mercado divulgadas pela BM&FBOVESPA. Adicionalmente, além das operações em aberto, a

Companhia manteve outras operações liquidadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, conforme se segue:

Banco contratado	Valor de referência (nacional)	Valor liquidado	Data de liquidação	Indexador banco		Indexador Companhia	
				Juros	Juros	Juros	Juros
Santander	70.000	5.178	12/05/2011	US\$	2,60% a.a.	CDI	107,00%
Itaú/Unibanco	50.000	5.024	08/08/2011	US\$	3,51% a.a.	CDI	114,80%
Safra	50.000	3.400	08/08/2011	US\$	1,27% a.a.	CDI	111,90%
Itaú/Unibanco	30.524	3.316	15/12/2011	US\$	6,20% a.a.	CDI	108,30%
	200.524	16.918					

Não houve, nos exercícios apresentados, operações que deixaram de ser qualificadas como operações de proteção patrimonial, bem como não há compromissos futuros objetos de proteção patrimonial de fluxo de caixa. **Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros:** Em 31 de dezembro de 2011, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando um aumento ou redução de 25% e 50% nas taxas de juros esperadas (cenário provável), utilizando-se taxas de juros futuros divulgadas pela BM&FBOVESPA e/ou BACEN. Os efeitos esperados de despesas com juros liquidadas das receitas financeiras das aplicações financeiras para o período de 12 meses, é como segue:

Juros a incorrer	Taxa provável	Cenário atual	Cenário I Provável	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (- 25%)	Cenário IV (+ 50%)	Cenário V (- 50%)
SELIC	9,70%	(5.960)	(5.996)	(7.495)	(4.497)	(8.994)	(2.998)
CDI	9,70%	65.479	71.472	89.340	53.604	107.208	35.736
TJLP	6,00%	2.683	2.683	2.930	2.279	3.256	1.953
IPCA	5,20%	1.278	1.278	1.380	1.104	1.518	966
Total		63.480	69.437	86.155	52.490	102.988	35.657

O cenário atual demonstra as despesas e receitas financeiras com as taxas de juros atuais. O efeito no resultado esperado para cada cenário no resultado é a diferença deste para o cenário atual. Conforme mencionado anteriormente, a Administração do Grupo entende não haver risco de mercado pela alteração na taxa de câmbio, uma vez que todos os seus passivos financeiros relevantes registrados em moeda estrangeira estão atrelados a operações de "Swap", de modo que o tratamento contábil e financeiro destes empréstimos é denominado em moeda local. Assim, a variação do instrumento financeiro derivativo "Swap" e dos empréstimos e financiamentos são compensados.

30. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

30.1. Conclusão combinação de negócios - Lojas Maia: A Administração da Companhia finalizou os trabalhos de avaliação de mercado necessários para conclusão da combinação de negócios relativas à aquisição das Lojas Maia, sendo que não houve alterações a serem realizadas aos efeitos divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010. **30.2. Controlada adquirida - New-Utd:** A Companhia celebrou em 21 de julho de 2011, data da aquisição, o contrato de compra e venda com a BF Utilidades Domésticas Ltda., a BF PAR Utilidades Domésticas Ltda., empresas do Grupo Silvio Santos, que estabelece os termos e condições para a aquisição de 100% do capital social votante da Companhia do negócio de varejo de eletroeletrônicos e móveis, explorado pela rede "Baú da Felicidade" por meio de 121 lojas localizadas nos Estados do Paraná, São Paulo e Minas Gerais. O negócio foi configurado como a criação de uma empresa, denominada "New-Utd Utilidades Domésticas S.A.", que terá como acervo líquido os 121 pontos comerciais do Baú da Felicidade, os respectivos contratos de locação, móveis, equipamentos e instalações das lojas, bem como os sistemas de informática (hardware e software) e a propriedade da base de clientes. **30.2.1. Contrapartida transferida:**

Caixa	80.289
Abatimento do preço de compra	2.711
Total negociado	83.000

A contrapartida transferida foi de R\$ 80.289, integralmente pagos no dia 29 de julho de 2011. O valor relativo ao abatimento do preço de compra refere-se a valores desembolsados pela Companhia para renegociação de alguns contratos de aluguel. **30.2.2. Ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição:**

Ativos não circulantes:	Valor justo
Imobilizado (a)	6.103
Intangível (b)	16.235
Total do ativo não circulante	22.338
Patrimônio líquido:	
Capital social	22.338
Total do passivo e patrimônio líquido	22.338

A Companhia avaliou os ativos intangíveis da empresa adquirida pelo valor justo na data de aquisição. Os ajustes apurados pela avaliação a valor justo foram lançados em contrapartida do ágio gerado na aquisição.

30.2.3. Ágio gerado na aquisição: Contrapartida transferida..... 80.289
Valor justo do patrimônio líquido 22.338
Ágio gerado na aquisição 57.951
Foi gerado ágio na aquisição da New-Utd, uma vez que o custo da combinação incluiu o montante pago pelo prêmio de controle. Adicionalmente, a contrapartida paga pela combinação efetivamente incluiu valores em relação ao benefício das sinergias esperadas, crescimento das receitas, desenvolvimento futuro dos mercados e mão de obra da New-Utd. Esses benefícios não são reconhecidos separadamente do ágio, pois não atendem aos critérios de reconhecimento de ativos intangíveis identificáveis. De acordo com a legislação fiscal, somente seria dedutível o ágio gerado na aquisição até o limite do valor pago pelo controle da investida. Esse ágio fiscalmente foi classificado como R\$ 57.951 suportados pela rentabilidade futura do investimento adquirido, o qual teve sua amortização iniciada, para fins fiscais, após a incorporação do investimento. **30.2.4. Impactos da aquisição no resultado do grupo:** Nas demonstrações financeiras consolidadas do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 inclui prejuízo de R\$ 32.255 e receita líquida de R\$ 54.654 atribuíveis aos negócios adicionais gerados pela New-Utd no período compreendido entre a data de aquisição e a data-base das demonstrações financeiras, conforme melhor detalhado na nota explicativa nº 8. Caso essa combinação de negócios tivesse sido efetivada em 1º de janeiro de 2011, a projeção de incremento à receita líquida consolidada seria de R\$ 310.208 e o incremento ao lucro consolidado seria de R\$ 459, considerando um tempo maior de maturação das lojas. A Administração da Companhia considera que esses valores "pro-forma" representam uma medida aproximada do desempenho do Grupo combinado em uma base anualizada e servem de ponto de referência para comparação em exercícios futuros.

31. COMPROMISSOS

Arrendamento mercantil operacional - Contratos de aluguel: A Companhia possui diversos contratos de aluguel de imóveis com partes relacionadas (MTG Administração e Participações S.A.) e com terceiros, cujos prazos médios têm duração de 5 anos, renováveis por mais 5 anos, para os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional. Estes contratos estabelecem valores de aluguel fixo ou variável, com base em percentual sobre a venda líquida, de acordo com as formas contratuais. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía 728 lojas alugadas. Para estes contratos de aluguel, incluindo os 8 centros de distribuição, foram registradas despesas no montante de R\$ 111.596 no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 93.542 em 2010). Os compromissos futuros oriundos destes contratos, atualizados, montam, nos próximos 5 anos:

Ano	Valor
2012.....	116.733
2013.....	122.502
2014.....	128.928
2015.....	134.995
2016.....	140.823
Total	643.981

Contratos de arrendamento mercantil financeiro

	Pagamentos mínimos			
	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Em até um ano	10.555	8.732	10.586	9.332
Entre dois e cinco anos	15.405	5.127	15.405	5.127
Mais de cinco anos	44	1.122	44	1.122
	26.004	14.981	26.035	15.581
Menos: Resultado financeiro não incorrido	(5.638)	(764)	(5.643)	(922)
Valor presente dos pagamentos mínimos	20.366	14.217	20.392	14.659

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Magazine Luiza S.A. em 31 de dezembro de 2011 e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Magazine Luiza S.A. em 31 de dezembro de 2011, e o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfase** Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso do Magazine Luiza S.A. essas práticas diferem do IFRS,

No exercício findo em 31 de dezembro de 2006, a Companhia adquiriu uma aeronave, através de contrato de leasing, com vencimento final em 2016, sujeito à variação cambial e remunerado à taxa LIBOR (vide maiores informações na nota explicativa nº 13). Não foram contratados instrumentos financeiros para proteção contra o risco relacionado às variações das taxas de câmbio pactuadas neste contrato. A Companhia também firmou contrato de arrendamento mercantil financeiro para equipamentos de informática e softwares, os quais têm vencimento final em 2019, conforme descrito na nota explicativa nº 13. Os valores dos ativos, líquidos de depreciação acumulada, adquiridos por arrendamento mercantil financeiro estão demonstrados a seguir, em atendimento ao item 31 do pronunciamento técnico CVM nº 645/2009:

Categoria dos ativos	2011	2010
Computadores e periféricos	12.831	11.763
Veículos	8.774	6.321
Total	21.605	18.084

Adicionalmente, não houve nos períodos apresentados, pagamentos contingentes reconhecidos como despesas durante os períodos, bem como subarrendamentos mercantis realizados. Nos exercícios apresentados, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução destes ativos ao seu valor de recuperação. **Regime especial de tributação:** No decorrer do exercício de 2011, a controlada Lojas Maia, no intuito de continuar sua expansão nos Estados do nordeste do país, assinou um aditivo ao termo de regime especial de tributação no Estado da Paraíba o qual assume como parte do acordo alguns compromissos futuros para os quais a Administração da Companhia estima que seja desembolsada a quantia aproximada de R\$ 30.000 até o final do ano de 2013, bem como a manutenção de um faturamento de aproximadamente R\$ 300.000, manutenção de cerca de 400 empregos diretos após concluídos os investimentos.

32. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

32.1. Transações que não Afetam Caixa: A Administração da Companhia define como "caixa e equivalentes de caixa" valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As aplicações financeiras possuem características de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a risco de mudança significativa de valor. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os saldos que compõem essa conta estão representados conforme nota explicativa nº 3. As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	(BR GAAP)	(IFRS e BR GAAP)	(IFRS e BR GAAP)	(IFRS e BR GAAP)
	2011	2010	2011	2010

Saldos a pagar a terceiros por aquisição de investimento

-	33.333	-	33.333	
Valores a pagar por aquisição de imobilizado	7.389	808	7.389	808
Dividendos propostos por controladas em conjunto e não recebidos	8.647	462	-	-
Dividendos declarados e não pagos no exercício	1.662	1.635	1.662	1.635

32.2. Informações Adicionais às Demonstrações de Fluxo de Caixa Cujas Divulgações são Encorajadas pelo CPC 03 (R2) - Demonstrações dos Fluxos de Caixa: **32.2.1. Demonstrações dos fluxos de caixa dos investimentos em controladas em conjunto:** Os fluxos de caixa de cada uma das atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos, referentes às participações societárias em empreendimentos controlados em conjunto apresentados mediante o uso da consolidação proporcional, estão demonstrados a seguir:

	Luizacred		Luizaseg	
	2011	2010	2011	2010
Caixa líquido oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais.....	(44.372)	80.392	5.957	7.003
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos.....	(25.003)	(80.283)	-	-
Caixa líquido oriundo das (aplicado nas) atividades de financiamentos.....	72.943	(1.655)	(5.970)	(7.001)
Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	3.568	(1.546)	(13)	2

32.2.2. Demonstrações dos fluxos de caixa por segmento de negócios:

Varejo	Operações financeiras	Operações seguros	Administração consórcios	Eliminações	2011	
					Conso-	lido
Caixa líquido oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais	(214.842)	(44.372)	5.957	2.263	(21.850)	(272.844)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(340.017)	(25.003)	-	(378)	100.822	(264.576)
Caixa líquido oriundo das (aplicado nas) atividades de financiamentos	393.671	72.943	(5.970)	-	(78.972)	381.672
Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	(161.188)	3.568	(13)	1.885	-	(155.748)

Varejo	Operações financeiras	Operações seguros	Administração consórcios	Eliminações	2010	
					Conso-	lido
Caixa líquido oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais	478.631	80.392	7.003	2.021	(162.639)	405.408
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(178.924)	(80.283)	-	(256)	153.983	(105.480)
Caixa líquido oriundo das (aplicado nas) atividades de financiamentos	(163.472)	(1.655)	(7.001)	-	8.656	(163.472)
Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	136.235	(1.546)	(2)	1.765	-	136.456

33. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As coberturas de seguros, em valores de 31 de dezembro de 2011 e de 2010, são assim demonstradas:

	2011	2010
--	------	------